



MUNICÍPIO DE TONDELA

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2022

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Rui Filipe Dias de Figueiredo
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Andreia Sofia Neves de Sousa
Ana Rita Marques Viegas Rosa
Sérgio de Sousa Rodrigues
João Pedro Abrantes dos Santos
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão
Isabel Maria Gomes Santos Almeida
Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva

A
D.
S



Gonçalo Manuel da Silva Pereira
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ricardo Daniel Branco dos Santos Moitas
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Hélder Viegas Alves
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Aos dezassete dias do mês de dezembro, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros, pelas nove horas sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro,

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia: Márcio Rafael Rodrigues dos Santos, em substituição de Mariana Mateus Fidalgo Simões, que renunciou ao mandato; Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão, em substituição de Francisco Duarte Fonseca, que suspendeu o mandato até 365 dias; e, Rui Filipe Dias de Figueiredo, João Pedro Abrantes dos Santos, Isabel Maria Gomes Santos Almeida e Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque, em substituição por um dia, dos membros: Maria Helena de Campos Coimbra, Marta Franco Coimbra Marques, Nelson Pereira Martins e Maria Cristina Marques Ferreira Simões.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa, da parte do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, uma delegação de competência de representação na pessoa do Ricardo Daniel Branco dos Santos Moitas, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

O membro João Paulo Loureiro interveio, dando as boas vindas de todos os presentes, a Campo de Besteiros. Regozijou-se pela iniciativa em descentralizar as Assembleias Municipais, permitindo proximidade das populações e dos seus problemas. Continuou agradecendo à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros, na cedência das instalações, assim como aos funcionários do Município que criaram as devidas condições para a realização da Assembleia Municipal. Finalizou desejando ao senhor vereador Francisco Fonseca as maiores felicidades nas funções de vereador da Câmara Municipal. Anexo 1

Período Antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23 de setembro

Não houve intervenções. Colocada à votação a ata da assembleia ordinária de 23 de setembro, foi aprovado por unanimidade pelos presentes da citada reunião.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: agradecimento, enviado pelo senhor Albino Alberto Silva, pelo voto de pesar aprovado pela Assembleia de setembro, pelo falecimento de Maria de Lurdes Loureiro Silva. Envio do link, com documentos do Plano de Atividades e orçamento para 2023, da CIM Viseu Dão Lafões. Exposição de lesados, pela ocupação indevida e ilegal da curva da Devesa, EM 624 em Lajeosa do Dão. Relatórios de atividades e financeiro da Câmara Municipal. Guia sobre a prevenção da corrupção, no âmbito das Autarquia Locais. Livro “Histórias da Ajudaris” escrita por jovens autores. Jornais: “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou o ponto o membro Carlos Amaral que efetuou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Elísio Gomes de Matos. Anexo 2

O membro Rui Santos, de seguida, referiu que o Grupo Parlamentar do PS se associava ao voto de pesar. Recordou o Dr. Elísio Matos, como histórico da participação política e cívica do concelho e como pessoa que se empenhou noutras causas, nomeadamente desportivas. Endereçou as mais sentidas condolências à família.

Colocado à votação o voto de pesar foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Carlos Amaral, seguidamente, interveio no âmbito do deficit da prestação de cuidados de saúde primários no concelho, situação comunicada ao senhor Ministro da Saúde pela senhora deputada da Assembleia da República, Dr.ª Cristiana. Referiu que a Unidade de Saúde Familiar de Tondela tem um deficit de médicos, que na extensão de Molelos, as consultas são dadas de forma intermitente, sendo os utentes, muitas vezes, encaminhados para Tondela, situação análoga nas unidades de Canas de Santa Maria e de Lajeosa do Dão. Referenciou a demora na marcação de exames médicos ou de fisioterapia, pelo que questionou se a bancada municipal do PS tem feito

alguma coisa em contraciclo com o entendimento do Governo de desprezar o interior do País.

Continuou dizendo que o problema se coloca igualmente na área da justiça, finanças, serviços de notariado, SEF, ou seja, nos serviços públicos. Referiu que muitas vezes o funcionário público é intitulado “malandro”, algo que não se deve generalizar. Disse que na repartição de Finanças de Tondela, por vezes só está uma pessoa para efetuar o atendimento quer presencial, quer telefónico, assim como o serviço “back office”, o que impossibilita a capacidade de resposta. Que no SEF não há atendimento telefónico e os emails não obtêm resposta. No Ministério da Justiça, há racionamento de papel, pelo que há juizes que levam papel de casa. Questionou se o serviço público é apenas para aumentar impostos. Referiu que existe falta de recursos humanos, bem que o Governo não abra concursos públicos.

Por fim, solicitou que a bancada do PS usasse da sua influência para influenciar o Governo a olhar para os cidadãos com dignidade, nomeadamente os que são resilientes e que moram no interior do país. Anexo 3

O membro Martinho Rodrigues iniciou a sua intervenção aplaudindo a descentralização das assembleias municipais e agradeceu, em nome da bancada do PS, o acolhimento por parte da Junta de Freguesia de Campo de Besteiros e da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vale de Besteiros.

De seguida, referiu que a sua intervenção é fazer uma leitura política do momento relativamente ao executivo municipal, nos últimos anos e a forma como atuou o PSD, perante a condenação do anterior presidente da câmara e do ex vice-presidente. Recordou a posição pública do PS, que em casos semelhantes com a acusação formada, retiraria a confiança política a qualquer eleito nas suas listas. Referiu que o Dr. José António não deveria ter feito parte das listas candidatas às últimas eleições, pelos motivos conhecidos. E que da parte do PSD não houve nenhum lamento nem nenhuma justificação, durante todo o processo. Emitindo um comunicado que vem agradecer pelos bons serviços prestados ao município. Disse que poderiam ter aproveitado para agradecer ao António Pereira, ex presidente da junta da Lajeosa do Dão e ex diretor da AMPB, que está indiciado por ter feito viagens com a namorada ao Brasil às custas da AMPB, assim como à ex. tesoureira por ter roubado o município, ao Carlos Marta por ter extraído valores em senhas de presença de reuniões da AMPB, ou aos condenados a prisão suspensa ex. presidente da junta de freguesia de Tondela e Nandufe, José Mendes e seu secretário Carlos Santos. Questionou se é esse exemplo que o PSD de Tondela

quer transmitir aos jovens atores políticos do concelho e se são considerados bons exemplos de exercício de cargos políticos. Concluiu referindo que toda a situação vai fragilizar os órgãos autárquicos e as condições políticas de governabilidade.

Por fim, disse que existe falta de visão estratégica e de planeamento e ordenamento para o concelho, que tem uma baixíssima execução orçamental que coloca em causa a viabilidade de projetos. Bem que os eleitos do PSD ataquem permanentemente a demora da execução de obras estatais, entre as quais: IP3, urgências do hospital, centro de radioterapia, assim como a falta de médicos nos centros de saúde do concelho, questões que os preocupam e que dão a entender que uma coisa é a realidade do país e outra é a do concelho. Anexo 4

De seguida, o membro Rui Santos disse que era óbvio que estão preocupados com o facto de ser difícil em obter consultas médicas na extensão de saúde de Molelos. Referiu que não foram eles que em determinada altura promoveram a transferência intensiva de ficheiros para a Unidade de Saúde de Tondela. Questionou se alguém conhece médicos disponíveis que estejam aposentados e que pretendem prestar serviço, atendendo que existe uma procura enorme da Coordenação de Centros de Saúde, que não consegue arranjar médicos. Lembrou que de um concurso público recente, 49 vagas de médicos de família ficaram por preencher.

Disse que gostaria que o país e o concelho estivessem melhores do que estão e que o mal dos outros não o conforta. Referiu que não há governos perfeitos. Disse que a lógica em relação às câmaras é a mesma, que não acontece só com o PSD, também acontece com o PS, que quando as coisas correm mal a culpa é do governo e que quando correm bem, o mérito é do presidente da câmara. Citou um estudo internacional, no âmbito do índice do bem-estar, referente a 2022, que avaliou 170 países, estando Portugal 24, sendo os 25º os Estados Unidos da América. Que nas áreas de carências básicas da necessidade social, entre os quais existe os cuidados básicos de saúde, Portugal está em 7º dos 170 países.

Referiu que é difícil contestar alguns dados básicos do país, pelo que recorde que em 2015, o salário mínimo salarial era de 505€, em 2022 de 705€, sendo no próximo ano o valor anunciado, com base no acordo da concertação social. Referiu que a taxa de desemprego em 2015 era 12,4% e em 2022 é de 6,1%. Que as transferências para o serviço nacional de saúde, em 2015, eram de 7 874 mil milhões de euros, em 2022 foi de 11 126 mil milhões de euros, tendo o crescimento económico sido de 1,5, em 2015, e

em 2022 cerca de 5,8. Referiu que gostaria que estivesse tudo melhor, mas que nem tudo é o desastre que muitos falam.

O membro Guilherme Duarte agradeceu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros e aos corpos associativos a disponibilidade de cedência de instalações para a realização da assembleia municipal. De seguida, desejou felicidades ao vereador Francisco Fonseca nas suas novas funções no executivo camarário.

De seguida, disse ter pena que o membro Martinho Loureiro tenha intervindo da forma como fez, nomeadamente nomeando pessoas que não estão presentes para se defender, sendo que fica incrédulo quando ouve o PS falar sobre o assunto da forma como fala, atendendo que todos têm telhados de vidros. Referiu que nos últimos 30 anos, Portugal foi governado por pessoas, como foi o caso do engenheiro José Sócrates, que até ao momento ainda não teve uma consequência dos atos praticados aos longo dos anos, sendo que hoje há consequências dos atos cometidos pelas pessoas elencadas na sua intervenção. Disse custar-lhe que haja essa vontade de dizer às pessoas que a preocupação do PS são os problemas judiciais do PSD. Referiu que essa não é a linha do PSD, que a justiça pertence à justiça, e que para os assuntos relacionados com política, estão presentes para trabalhar sobre eles.

Disse que o agradecimento fica sempre bem, porque quando as pessoas não têm problemas com a justiça, sabemos reconhecer, algo que também deve ser feito quando as coisas não correm tão bem.

Referiu que, ainda bem que o PS nunca liderou os destinos do concelho, porque o crescimento económico está à vista, com resultados do trabalho dos elencos do PSD, devendo esta ser a linha a seguir, tendo a certeza que quem hoje está em funções irá dar o seu melhor, pois foi legitimamente eleito nas últimas eleições autárquicas.

O membro João Paulo Loureiro respondeu ao membro Martinho Rodrigues que o problema é a falta de mão de obra que existe, nomeadamente em Campo de Besteiros, pois as infraestruturas existem. Referiu ter sido contactado por email por empresa de Leiria, que solicitou a divulgação de panfleto, de oferta, com salário atrativo e condições salariais boas, mas que não conseguem candidatos.

Seguidamente o senhor presidente da assembleia municipal interveio dizendo que em funções onde que esteja, deve de haver coerência de vida, querendo pronunciar-se sobre renúncia do ex. presidente de câmara, e da carta que enviou à assembleia, na sequência da existência de um processo judicial. Disse haver dois factos que não devem

ser misturados ao ato de renúncia, que se sucedeu à suspensão de mandato. Renúncia que não apaga o trabalho realizado, ao longo dos anos no concelho de Tondela, que se possa fazer juízos autónomos, associando-se a quem entende que o cidadão José António de Jesus fez muito pelo concelho.

Referiu, tal como evocado anteriormente, que todos os eleitos são eleitos em listas eleitorais partidárias, pelo que não há nenhuma ilegitimidade política formal, quando alguém sai, quer seja por suspensão de mandato quer seja por renúncia, seja ele o cabeça de lista ou outro membro. Mas, como sempre defendeu, quando existe situações como a que existiu no concelho de Tondela, de haver um autarca ou eleito em funções que é condenado por um crime em funções públicas, tem de ser retirada as devidas consequências. Disse que quando se vive em partidos, ninguém pode garantir atuações sem erros, nem lapsos, porque a natureza humana inclui erros, o que distingue é como se reage à atuação e conclusão desses erros. Reiterou o anteriormente evocado, que o ato de condenação ou um ato de apreciação por um juiz, que pode ser de instrução ou de aplicação de medidas cautelares mais graves ou uma condenação em primeira instância, são suficientes para inspirar uma reação mesmo que não seja condenado em julgado. Disse ser a sua convicção, pelo que houve reação dentro do PSD que na condenação em primeira instância deveria ter havido consequência, o que aconteceu. Referiu que não se deve estimular, acolher ou tolerar atos só porque há uma denúncia, citações nas redes sociais ou porque se inicia uma investigação. Disse que o que os distingue não é se conseguem evitar que um companheiro partidário cometa um erro, mas como se reage coletivamente quando esses erros são demonstrados. Referiu que no caso concreto do concelho, houve desprendimento do próprio. Que enquanto presidente da assembleia municipal, lamenta a situação perante os cidadãos que tal tenha acontecido. Disse que devem ser reforçados os instrumentos de controlo interno e criar uma conduta impecável de reação quando as situações acontecem, para que não volte a repetir, algo que deve ser usado os mesmos critérios para todos, quer seja local ou nacional.

Período da Ordem do Dia

2.1 Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

A senhora presidente da câmara cumprimentou todos os membros presentes e aos que assistem online e agradeceu ao senhor presidente da junta do Campo de

Besteiros na pessoa do seu presidente, bem como à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros, lembrando assim os grandes e profundos problemas que as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do país atravessam.

Procedeu à apresentação das atividades da Camara com o recurso de imagens.

A senhora presidente referiu, no domínio da educação, que o início do novo ano letivo, assim como a conclusão do ano letivo anterior obrigou a que fosse prestado um acompanhamento muito próximo. Disse que as transferências feitas pelo estado, e os custos que o município tem de efetuar, têm sido muito diferentes, pelo que está a ser feito um levantamento de custos, para posteriormente ser apresentado na assembleia. Informou que, o estado de conservação e manutenção do parque escolar do município de Tondela é preocupante, dando como exemplo a EB 2,3 do Caramulo situações gritantes, nomeadamente no que respeita à manutenção e conservação da rede elétrica, obrigando a uma intervenção técnica e financeira. Disse que os pavilhões desportivos das Escolas E.B. 2.3. e Secundárias necessitam de intervenção, assim como a cobertura do Centro Escolar de Tondela. Referiu que não são situações de gestão corrente, mas sim de obras de fundo, que há muito deveriam ter sido reparadas e que não foram. Disse, ainda que o mapeamento elaborado antes da transferência de competência não identificou todas as intervenções que são necessárias, pelo que espera que haja possibilidade de submeter uma candidatura, quer seja ao PRR ou a outro programa. Anexos 5 e 6

O membro Martinho Rodrigues manifestou que do seu ponto de vista pessoal, é totalmente contra a transferência de competências, no âmbito da educação. No entanto, disse ser a favor da transferência no âmbito da manutenção e conservação dos edifícios escolar, pelo que confia no empenho da senhora presidente que faça essa reivindicação dessas necessidades prementes, prestando o seu apoio se necessário, para reivindicar apoios para essas intervenções, que são tao necessárias para preservação do património.

O membro Rui Santos referiu que o relatório de atividades enviado é mais desenvolvido e mais discriminado, que o habitual.

Disse que relativamente aos edifícios afetos ao 2º e 3º ciclo e secundário, cuja manutenção é agora atribuída aos municípios, onde existem necessidades evidentes. Na sua opinião, foram esquecidas nas regulamentações de programas financeiros, as majorações, pois, em instalações escolares têm instalações específicas para determinadas áreas, cujas recuperações não tem o mesmo custo, como é o exemplo de uma sala normal em relação por exemplo a um laboratório. Referiu que essa regulamentação foi feita por governos anteriores aos do PS, mas que já deveria ter sido



alterada. Disse que a transferência de competência da manutenção e conservação dos edifícios de Jardins de Infância e escolas 1º ciclo foi transmitido para os municípios, em 1988, pelo prof Cavaco Silva, há altura sem apoios monetários ou compensação, para fazer as manutenções. Disse que é bom lembrar estes procedimentos.

No âmbito do relatório de execução financeira, a 30 de dezembro de 2022, no que respeita a transferências de capital, referiu que a taxa de execução de 13,87%, ou seja, dos cerca de 17 milhões, a Câmara apresentou para pagamento 2 469 152€, pelo que do seu ponto de vista algo não funciona. Disse que se calhar havia orçamentos que não eram tão rigorosos como era dito. Reconheceu que existem dificuldades que foram criadas, como é o caso dos incêndios em 2017, da pandemia e da guerra, mas parece-lhe que os projetos não estavam tão bem elaborados e desenvolvidos quanto deveriam, atrasando desta forma os concursos. Disse que para haver entrada de receita tem de existir apresentação de despesa, ora se a obra não está em execução, tal não é possível. Referiu ainda que a CIM Viseu Dão Lafões, das CIM's da região centro, é a que tem a mais baixa taxa de execução de projetos. As condições de dificuldade em contratar mão de obra, aquisição de materiais são comuns, pelo que não se percebe porque é que é tão baixa a taxa de execução.

Questionou o valor de cerca de 2 milhões de euros, da AINTAR, se era referente aos passivos financeiros.

O membro Márcio Santos evocou uma entrevista da senhora presidente da Câmara, sobre o 35º aniversário de subida de Tondela a cidade, na qual referiu que era uma cidade “mais madura” daquilo que é a sua posição no distrito e que se Tondela assume uma posição de destaque, tem muito a ver com os empresários, o movimento associativo, tecido socioeconómico e da capacidade empreendedora dos cidadãos. Referiu que não sabe como estava o concelho há cerca de 40 anos, de modo a poder fazer uma comparação. Mas que chegados a 2023, Tondela é um território de que todos se podem orgulhar, com muito mérito e empenho do executivo. Admite não estarem resolvidos todos os problemas, mas confia nos esforços desenvolvidos de quem pretende um território melhor. Destacou os investimentos feitos na rede de saneamento, o processo de transferência de competências na área da educação, solicitando o apoio do PS para sensibilização junto do poder central, a requalificação urbana, ambiente, apoio às juntas de freguesia, entre outros. Salientou a baixa taxa de desemprego no concelho, e a facilidade de fixação de pessoas pela facilidade de acesso ao emprego, e infraestruturas de apoio à família. No que respeita à habitação, existe um esforço

acrescido de resposta neste setor. Terminou a sua intervenção congratulando o trabalho e desempenho tidos no ano de 2022, deixando três pedidos à senhora presidente, que, não sendo questões da esfera da sua competência, o seu empenho pessoal nessas questões é essencial: o acompanhamento da colocação de um juiz no Tribunal de Tondela, já a partir do início do mês de janeiro; o acompanhamento da situação da falta de recursos humanos na conservatória predial e registo civil, bem como de reforço de médicos.

O membro José António Matos felicitou a descentralização das reuniões da assembleia municipal, de modo a poderem ficar mais próximos das populações. De seguida evocou o património cultural, referindo que o saudoso Dr. João Almiro cedeu a título gratuito o solar dos Almiros, em Nandufe, pelo Dr. João Almiro, para aí se desenvolverem atividade de caris social e cultural e no qual imaginou que pudesse ser construído um centro para idosos e um museu, onde pudesse ser exposto e partilhado o espólio da freguesia de Nandufe. Lembrou que a Junta de freguesia, no ano de 2001 apresentou uma candidatura ao FEDER, para promover obras de reconstrução do imóvel, que após a sua conclusão, foi celebrado com o município de Tondela, um contrato de cedência de direito de superfície, para transformar o imóvel nas Reservas Visitáveis do Museu Terras de Besteiros, e onde foram instalados os gabinetes dos técnicos de conservação do museu. Acontece que, com a transferência destes serviços para Tondela, o edifício em Nandufe foi deixado ao abandono, sendo manifestos e visíveis os sinais de deterioração, como se verifica no telhado que ameaça ruir, foi iniciada em 2021 uma intervenção pela Câmara Municipal de Tondela, apesar de não terem sido concluídas.

O referido contrato de cedência incluía também o imóvel adjacente “casa do barbeiro”, que, de igual modo se encontra ao abandono, podendo, com pouco investimento, ser dotada de obras de requalificação que permitirá dotá-la como habitação para uma família carenciada ou refugiada. Feita a análise do Orçamento e Grandes Opções do plano, preocupa a inexistência de uma rubrica destacada para conclusão dos referidos trabalhos.

Para terminar, solicitou à senhora presidente da Câmara informação sobre o estado dos dois imóveis e quais as orientações para preservação dos mesmos, respeitando a memória e vontade do benemérito Dr. João Almiro. Anexo 7

A senhora presidente da Câmara respondeu ao Dr. Rui Santos, reiterando o que já havia dito em Assembleia anterior que, para obter resultados é necessário ter equipa, e

só a partir de julho de 2022, a equipa do serviço de urbanismo foi reforçada, o que permitiu alcançar resultados nos licenciamentos. O que também permitiu que houvesse a evolução favorável em empreitadas, nomeadamente Centro Tecnológico e de Empreendedorismo e a Frente Ribeirinha.

Disse que o relatório de atividades apresentado é elaborado antes revisão orçamental, logo, está desfasado no tempo e conseqüentemente na receita e despesa, pelo que à presente data há uma maior execução, mas que não é a que desejaria ter. Contudo, disse que se verificou uma evolução no grau de execução de 14% desde a última assembleia.

Informou ainda que a empreitada referente ao alargamento do cemitério de Tondela já se encontra numa fase final, e que foi iniciado o concurso da Loja do cidadão, útil aos concidadãos na prestação de serviço público. Referiu que na área da saúde, o acompanhamento tem sido muito próximo, de forma a garantir soluções para os problemas existentes, com responsáveis da ACES. Informou que por força da ausência do senhor juiz Luís Agostinho, por motivos de saúde, a senhora juíza presidente da Comarca de Viseu assumiu que a partir de janeiro, o Tribunal de Tondela teria um juiz substituto, que, futuramente, poderá vir a desempenhar trabalho partilhado com o senhor Dr. juiz Luís Agostinho, quando regressar ao trabalho.

Informou, igualmente que no centro de coordenação e transportes foi alargado o período de horário de funcionamento, passando a estar aberto a partir das 06h15, às sextas feiras encerrará às 24h e aos domingos está aberto no período da tarde. Em relação às obras necessárias decorrente de uma deficiência nas caleiras e cobertura do edifício, disse ter sido feita uma intervenção emergente, e assim que as condições meteorológicas o permitam será intervencionado de forma mais profunda. Informou ainda que foi feita uma intervenção no troço de acesso às piscinas municipais do Campo de Besteiros, e que brevemente se irá proceder à pavimentação do troço.

Por último, relativamente às solicitações do membro Márcio Santos, referiu estar sempre ao lado das preocupações dos cidadãos e que podem sempre contar com o seu empenho para encontrar soluções para a resolução dos problemas.

2.2 Discussão e deliberação da fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

O senhor presidente da assembleia propôs que a discussão dos pontos 2.2., 2.3 e 2.4 fosse feita em conjunto.

A senhora presidente da Câmara referiu que foi apresentada uma proposta à Câmara de aplicação de IMI, para 2023, tendo no dia da reunião sido efetuado uma alteração à mesma, para eliminação da majoração dos imóveis em ruínas e devolutos. Referiu que teve como objetivo dar um incentivo aos proprietários para promover a alienação ou requalificação desses imóveis. Disse que face à realidade atual, com a subida constante da inflação, face à proposta tomada em reunião de Câmara de dar início ao processo de definição e enquadramento das áreas de reabilitação urbana para o concelho e face ao conhecimento que no ano de 2023 poderá ser mais aprofundado e efetivo daquilo que são as condições socioeconómicas dos proprietários, da sua localização e da capacidade de reabilitação, entenderam que para 2023 não deveria haver este agravamento.

No que diz respeito ao IRS, disse que a proposta inicial foi igualmente aditada no dia da reunião de câmara, passando de 4% para 2,5%, por entenderem que é uma ajuda àquilo que são os acréscimos e dificuldades sentidas pelas populações.

No que diz respeito à derrama, referiu que a proposta é de manter os valores aplicados nos anos anteriores, ou seja de 1,5%, tendo, contudo, ficado um compromisso em estar atentos e acompanhar o mercado empresarial do concelho, de modo a tomar uma melhor decisão no final do ano de 2023.

O membro Rui Santos referiu que iriam votar favoravelmente as propostas. Em relação ao IMI, saudou o facto de não ser feita a majoração dos prédios devolutos e em ruínas, porque no concelho não se está perante uma especulação imobiliária, como acontece em Lisboa e Porto.

Relativamente ao IRS, referiu que desde 2017, defendiam a redução, pelo que se congratulam pela sua aprovação.

Relativamente à derrama, disse que votaram a favor, e que tal como dito pelos senhores vereadores na Câmara, entendem que deve ser feito um estudo, porque todas estas propostas se inserem numa estratégia para criar condições de atratividade para fixação de pessoas e empresas. Referiu que a derrama incide sobre os lucros das empresas, mas que se deve começar a ponderar se pode ou não interferir em condições de competitividade. Disse que a taxa pode ser compensada por ações e atos de responsabilidade social das empresas. Recordou que sem a fixação de pessoas não pode haver empresas, pelo que deve existir políticas nessa área.

O membro Guilherme Duarte referiu que nos últimos 2 anos, o agravamento das condições económicas tem afetado a população do país e do concelho. Deste modo, cabe

aos executivos camarários e às assembleias municipais propor e aprovar propostas que vão ao encontro das necessidades das pessoas e das empresas. Nesse contexto, o PSD votará favoravelmente as propostas da Câmara, que fixa: o IMI em 0,3%, para os prédios urbanos, que para o PSD o facto de manter a taxa mínima incentiva a população e as empresas a residir e investir no concelho.

Relativamente à diminuição de 4% para 2,5% da taxa variável de participação no IRS, reduzir a carga fiscal dos cidadãos tendo em conta o contexto económico-social.

Relativamente à derrama, referiu que o facto de a proposta manter a taxa em 1,5%, não devemos esquecer a preocupação em poder criar condições para que essa taxa possa vir a ter impactos económicos menores nas empresas, promovendo assim o impacto económico e social dos seus trabalhadores. Anexo 8

Colocado à votação, a proposta de IMI apresentada pela Câmara, foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3- Discussão e deliberação da fixação da Participação Variável no IRS

Colocado à votação, a proposta de fixação da participação de IRS, em 2,5%, para o ano de 2023, foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte,

Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4- Discussão e deliberação da fixação da Derrama

Colocada à votação, a proposta de fixação da derrama em 1,5%, foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5- Apreciação e votação das propostas de Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2023

A senhora presidente da câmara apresentou e fundamentou a política orçamental proposta, com incertezas financeiras e de constrangimentos, nomeadamente com a evolução da inflação, a transição do Quadro Comunitário de Apoio, que impõe um exercício de rigor sobre a sua consolidação. Referiu que a estes, associam-se o conflito armado na Europa e que se espelham no adiamento dos prazos de conclusão de empreitadas estruturantes no concelho. Paralelamente, assume-se como um dos principais eixos, a transferência de competências na área da educação, em que os valores previstos no Orçamento de Estado são insuficientes para a sua concretização.

De seguida, destacou as opções políticas na elaboração do orçamento para 2023, em que assume um papel relevante, pela necessidade de corporizar uma dinâmica de

proximidade, ao qual se associam intervenções no parque escolar. Elencou as várias obras relevantes na função económica, ambiente e alterações climática, turismo e termalismo.

Referiu que a participação na estratégia de construção municipal, para o novo QCA, ocorrerá durante o ano de 2023, onde a definição das ações e candidaturas merecem um acompanhamento próximo e intenso.

Disse, ainda que o orçamento de 2023, se traduz no montante de 42. 376.601,00, na receita e na despesa. Anexo 9

O membro Martinho Rodrigues referiu que não encontrou, nos documentos, rubrica para a requalificação da Estrada de ligação da ZIM do Lajedo a Lourosa, pelo que questionou a senhora presidente da câmara sobre a intenção em execução ou não a empreitada.

De seguida, o membro Andreia Sousa iniciou a sua intervenção referenciando todas as limitações que surgiram, e persistem, devido à pandemia com impactos significativos a nível social e económico. Apesar da esperança de que o ano de 2022 se tornaria um ano melhor, não foi o que aconteceu, tendo ainda despoletado um conflito armado, que desencadeou uma subida abrupta dos preços das matérias-primas e a dificuldades na obtenção de materiais, bem como a subida dos preços dos combustíveis e uma taxa de inflação histórica. Perante todas estas dificuldades, o orçamento apresentado, tem em conta o contexto que se vive e é ajustado à realidade, onde se priorizam as famílias, a educação, a saúde, as infraestruturas e aposta no empreendedorismo.

Questionou se estão a trabalhar em possíveis candidaturas, para captação de fundos comunitários e se sim em que domínios. No que respeita à descentralização de competências na educação, saúde e ação social, questionou, uma vez que os fundos transferidos pelo governo central são insuficientes e desadequadas face ao contexto em que vivemos, como é que se pretende atuar para que não se caia numa situação de falência municipal. Referiu a ânsia de se ver, em 2023, concluídos os projetos no âmbito empresarial, áreas rurais e urbanas, tais como; ZIM Adiça, Centro Tecnológico e Frente Ribeirinha, rede de água e saneamento da vila do Caramulo, entre outros.

Referiu que os documentos demonstram as preocupações ambientais e alterações climáticas, a promoção dos nossos territórios através do investimento o turismo, termalismo e fomento da nossa gastronomia. Terminou, dizendo que, relativamente ao orçamento, uma boa gestão passa por uma boa planificação e que o executivo como bom

gestor das despesas públicas tudo tem feito, sempre que necessário para atender à satisfação das necessidades coletivas. Anexo 10

O membro Mário Simões iniciou a intervenção dizendo que os documentos apresentados poderiam ser mais ambiciosos em matérias que consideram prioritárias para o concelho. Disse que iria votar favoravelmente atendendo que está prevista a resolução de problemas que se arrastam há vários anos, na União de Freguesias de Caparrosa e de Silvaes. Referiu que embora timidamente, há uma clara aproximação de posições definidas pelos vereadores do PS, nomeadamente na devolução de parte de IRS aos municípios, a intenção de criação de ARUS nas freguesias, e a criação de rubrica para o alargamento da ponte da Tabuaça com a esperança de requalificação definitiva daquela via de acesso á ZIM do lajedo e à cidade de Tondela

Referiu que gostaria que os documentos fossem mais ambiciosos, nomeadamente com uma estratégia de: promoção de habitação a custos controlados; valorização do património ambiental; e, uma delegação de competências nas juntas de freguesias, que contribuiria a uma maior taxa de execução em benefício do território. Anexo 11

O membro Rui Santos começou por dizer que a senhora presidente da câmara, quando lhe respondeu, nas atividades da câmara, comprovou o que havia dito em relação ao que estava previsto, proposto e preparado. No seguimento da intervenção da senhora deputada Andreia, em relação aos fundos comunitários, disse ser estranho, até hoje só uma pessoa ter levantado essa questão na assembleia intermunicipal e municipal e que é um assunto que devia ser do interesse de todos. Disse que comparando o grau de execução, a CIM da Beira Baixa, tem mais 13%, do que a CIM Viseu Dão Lafões, mas comparado com a de Leiria, esta tem a mais de 30% de execução, pelo que se deveria saber o que não consegue o que outros conseguem.

Questionou diretamente a senhora presidente da câmara se é verdade que a empresa a quem foi adjudicada o projeto para a obra da via estruturante, Lajedo / Tondela, queria renegociar o contrato, por entender que o prolongamento no tempo e por não haver garantias que possa vir a ser financiado, terá de ser revisto e adequado em termos de custos. Referiu que a custos atuais, é uma obra que poderá custar 15 milhões de euros, o dobro do que a câmara investe em despesas de capital por ano.

A nível habitacional, disse não concordar com a posição do executivo em criar uma comissão, para a constituição das ARUs, que essa decisão que deveria ser exclusiva e política da Câmara. Referiu que com essa decisão é um sinal de predisposição e ajudar na requalificação de habitações e na fixação futura de pessoas no concelho. Lembrou

que tal como referido aquando da audiência da oposição, devem ser criadas várias estratégias. Disse que a estratégia local é importante na definição dos financiamentos do primeiro direito, mas que nada impede que haja outras, exemplificando com a aquisição de loteamento em Campo de Besteiros, na posse da Caixa Geral de Depósitos, para promover habitação de custos controlados por intervenção direta ou por contratualização.

De seguida, disse que os membros eleitos pelo Partido socialista votam contra a proposta de GOP's e Orçamento da Câmara para o ano de 2023, apresentando a seguinte declaração de voto, que se transcreve:

“ Os eleitos diretamente do PS para Assembleia Municipal de Tondela votaram contra a proposta de GOP's e Orçamento da Câmara para 2023 por considerarem que ela representa uma oportunidade perdida para, num momento em que houve uma recomposição aparentemente duradoura da equipa da maioria que gere a CM, redefinir as práticas municipais no sentido de promover uma maior participação dos munícipes e dar efetiva prioridade a áreas essenciais ao combate à contínua e significativa perda de população bem como à conservação dos patrimónios ambiental e edificado na área do município, pois:

- Em termos de GOP's salienta-se que em relação ao grande obstáculo representado pela falta de oferta de habitação à fixação de população nova, não se prevê ações e programas concretos para criar oferta de habitação a custos controlados para arrendamento ou aquisição, ou da disponibilização de terrenos para construção de habitação social por investimento direto da CM ou contratualizado com privados. Salvo o projeto de requalificação da antiga Pensão Matos, importante como habitação de recurso ou transitória pela sua conceção, que tendo financiamento comunitário aprovado tem visto o seu arranque protelado, nada mais se vê preparado para futuras candidaturas aos financiamentos que irão estar disponíveis.

- O PS reafirma a sua disponibilidade para votar favoravelmente a contratação de um empréstimo dentro dos limites de endividamento da CM para lançamento de projetos de construção de habitação social.

- Ainda nesta área lamenta-se que, após várias propostas e insistências dos vereadores do PS, a maioria em vez de assumir a decisão política de avançar com a constituição de ARU's nas diferentes freguesias, sinalizando de forma clara a sua aposta na recuperação urbana e na valorização do património edificado com reflexo na

satisfação de carências de habitação, tenha optado por “empurrar com a barria” e atirado a decisão para uma comissão que não se sabe quando terá uma proposta pronta.

- Continua a fraca abordagem municipal à valorização do património ambiental, como motor de desenvolvimento, com ausência de projetos concretos a candidatar que são remetidos para o PERLA, estando assim a perder-se oportunidades de candidaturas na base das perspetivas e orientações do PRR e outros instrumentos de desenvolvimento para esse fim.

- Não se vê qualquer evidência de perspetivas orientadoras de transferência de competências para as freguesias, em que vimos insistindo desde o início do mandato, como estratégia do aumento da capacidade de execução orçamental no Município, que maioria inicialmente só apontava para 2024 (será que as eleições em 2025 pesavam?), mas que agora parece finalmente querer antecipar.

- Consideramos um erro que a maioria não tenha acolhido a proposta do PS de avançar com o processo com vista à futura construção de um Pavilhão Multiusos, absolutamente necessário para criar dinâmicas de atividades económicas como feira e exposições nos períodos de Outono/Inverno ou de instabilidade climática evitando-se o uso do pavilhão Gimnodesportivo de forma a não prejudicar as atividades das escolas e das associações e competições desportivas. Seria o momento adequado já que está em curso o processo de revisão do PDM onde estas estruturas devem star previstas.”

O senhor presidente da assembleia solicitou ao membro Rui Santos que terminasse, pois tinha ultrapassado o tempo. Ao que o senhor deputado respondeu que se não terminasse de seguida iria ler novamente, desde o início a declaração de voto, o que levará mais tempo à assembleia.

O senhor presidente da assembleia respondeu não haver necessidade de ler a intervenção do início pois já esta a fazer uma declaração de voto oral, e o tempo deveria ser devidamente gerido.

O senhor membro Rui Santos disse que respeita o senhor presidente, mas levantou a questão, de o senhor presidente da assembleia em intervenção anterior, ter feito uma intervenção de caráter político partidário, defendendo a estratégia do seu partido, não tendo levantando inconveniente ao sucedido. Reforçou que quando iniciou a sua intervenção, disse que iria efetuar uma declaração de voto, solicitou que lhe fosse permitido terminar a declaração de voto, o que o senhor presidente da assembleia concedeu.

Continuou com a leitura da declaração de voto, que se transcreve:

“- Constata-se que as GOP’s pouco mais são do que o repositório das obras previstas em anos anteriores que têm estado sucessivamente atrasados, comprometendo a execução dos Fundos Comunitários atribuídos à CM. Atrasos que são bem evidenciados pela execução das receitas de capital no ano de 2022, que a 30 de novembro é de 13,87%, ou seja 2 469 152€ dos 17 800 480€ previstos. Como se constata um elevadíssimo número de projetos inscritos com a dotação a 1€, à espera de um possível financiamento através do saldo orçamental de gerência, que obviamente não vai chegar para tudo, mais parecendo uma tentativa de agradar a “gregos e troianos” que depois poucos ou nenhuns resultados concretos trará.

- Mantem-se a intensão de avançar com a execução da chamada “Loja do Cidadão”, que na configuração de serviços prevista e com a pequena distância atual entre os serviços e a pequena dimensão do centro urbano, não faz sentido, uma vez que o financiamento comunitário não vai permitir a requalificação de qualquer imóvel do património municipal. O financiamento aprovado pode ser reorientado para outra candidatura de investimento mais relevante, se isso for negociado rapidamente com o PO Centro 2020.

- Continua a não cabimentação de obras relativas às infraestruturas básicas de água e saneamento na Vila de S. João do Monte (S.J. Monte e Abóbada), comprometendo concelhos limítrofes. Quem anda no terreno já vai ouvindo que S. J. do Monte deveria mudar para o concelho de Oliveira de Frades.

- Registamos a inscrição do alargamento da ponte da Tabuaça, que o PS vem reclamando desde 2017, infelizmente inscrito sem qualquer dotação definida.

Em matéria orçamental:

- Não conseguimos entender a obstinação da maioria na recusa da proposta do PS de introdução do Orçamento Participativo, ação de grande dimensão simbólica para a democracia participativa e para a mobilização dos municípios para a participação na vida coletiva.

- Consideramos original que a proposta de Orçamento tenha sido votada em reunião de camara anterior aquela em que foram votadas as propostas de taxa ou reduções relativas à devolução do IRS, derrama e IMI, que são fontes de receita significativas para o Orçamento. O que consideramos demonstrativo de deficiente preparação do processo orçamental e organização dos serviços.

- Congratulamo-nos pela aceitação pela maioria da proposta que o PS vem fazendo desde 2017 de um aumento faseado da devolução de IRS, que agora se

concretiza na sequência de uma primeira descida no ano anterior, bem como o acolhimento da proposta do PS, já feita no ano passado, de não aumentar a taxa de IMI para prédios em ruínas, pois no concelho não temos essa situação em resultado de estratégias motivadas por interesses imobiliários especulativos.

Mas:

- Perante o contexto económico invocado na apresentação dos documentos parece-nos haver uma clara sobrevalorização da receita que não tem a ver com o aumento de transferência de competências da administração Central para o Município;

- Com os atrasos de execução acima referidos este orçamento, como instrumento previsional, não é adequado pois o aumento de custo de bens correntes e de capital e com as revisões de preços inevitáveis nas obras financiadas por fundos comunitários a não serem consideradas totalmente devido à situação de “over booking” do Centro 2020, o documento fora das despesas fixas é uma espécie de pró-forma.

- O orçamento contempla este ano uma previsão de despesas de capital de mais de 5 500 000€ inferior ao do ano anterior, o que indica que mais obras necessárias ao desenvolvimento do Concelho e ao bem-estar das populações vão ser adiadas e deixa muitas dúvidas ao que foi o rigor tão propalado da gestão anterior neste campo. “

O senhor presidente da assembleia esclareceu que as declarações de voto não são segundos períodos de declaração, assim, salvo alguma objeção, a mesa, fixa de ora em diante um período de 2 minutos para declarações de voto orais, ou entregam-nas por escrito.

O senhor deputado Rui Santos, questiona se o regimento da assembleia prevê algum período de duração para apresentação de declarações de voto, ao que o senhor presidente da assembleia responde que, a mesa, na sua prudente gestão de trabalho fixa esse período de tempo de 2 minutos.

O senhor deputado Rui Santos, surpreendido com este entendimento da mesa, refere não ver no regimento essas limitações e que por isso se guiou pelo mesmo, e, que tem dúvidas de que a mesa só por si tenha legitimidade para o fazer.

O senhor presidente responde dizendo que, exatamente por não estar previsto no regimento, a mesa na sua interpretação e gestão de trabalhos, toma essa decisão.

A senhora presidente da Câmara respondeu que a intervenção questionada pelo membro Martinho, está prevista nas GOP's, dentro de uma grande intervenção na Zona Industrial do Lajedo.

Relativamente ao equilíbrio financeiro das GOP's, disse que na página 11 do enquadramento do Orçamento, pode-se ver com evidencia as boas normas de construção de um orçamento à regra do equilíbrio orçamental e onde está claro que no que diz respeito às transferências correntes e de capital estar equilibrado, de acordo com o normativo, que definem de forma clara em que medida o município pode fazer o cálculo da receita, que são com base as médias dos últimos três anos. Desta forma, rejeitou qualquer acusação que possa remeter para um raciocínio que refere que não tenha sido elaborado de acordo com as normas.

Referiu que não se deve desvalorizar o PERLA, que é um importante documento estratégico que vai fundamentar aquilo que serão possíveis investimentos e candidaturas a fundos comunitários, na área ambiental, nomeadamente a requalificação das ribeiras e das galerias ripícolas.

Respondendo ao membro Rui Santos, disse que o projeto que foi adjudicado à empresa é um estudo prévio.

Colocado à votação os documentos das GOP's e do orçamento para 2023, propostos pela Câmara Municipal os mesmos foram aprovados por maioria, com os votos contra dos membros: Rui Santos, Rui Figueiredo, Rita Rosa, Isabel Almeida, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, João Pedro Santos, Martinho Rodrigues. Abstiveram-se os membros: Fernando Santos Silva, Ana Maria Duarte, Vítor Mota, Paulo Dinis. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Sérgio Rodrigues, Guilherme Duarte, Márcio Santos, Carlos Amaral, Alfredo Leitão, Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,6. Apreciação e votação da proposta de 5ª alteração modificativa ao orçamento e as GOP's de dois mil e vinte e dois

A senhora presidente da Câmara referiu que a presente alteração modificativa, associada a uma alteração orçamental tem como objetivo adequar a receita e despesa à

execução física de empreitadas, decorrente de suspensões de prazos e prorrogações de prazo. Disse que por outro lado, foi retirado uma obra inicialmente prevista, no âmbito da eficiência energética da ZIM, que tinha sido inscrita no orçamento para caso ocorresse a publicação de um novo aviso para esse fim. Referiu, ainda que a alteração tem como objetivo o reforço de algumas rubricas orçamentais.

O membro Rui Santos disse que se iriam abster, atendendo que é uma situação coerente.

Colocada à votação, a 5ª alteração modificativa por aprovar por maioria, com as abstenções dos membros: Rui Santos, Rui Figueiredo, Rita Rosa, Isabel Almeida, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, João Pedro Santos, Martinho Rodrigues, Fernando Santos Silva, Ana Maria Duarte, Vítor Mota. Votam a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Sérgio Rodrigues, Guilherme Duarte, Márcio Santos, Carlos Amaral, Alfredo Leitão, Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, , Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7- Discussão e deliberação do Mapa de Pessoal para 2023

A senhora presidente de Câmara referiu que nos termos do disposto do artigo 29º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, na reunião de câmara de 30 de novembro, foi aprovado o mapa de pessoal, para o ano de 2023, que contém o número de postos de trabalho necessários para o bom desenvolvimento das tarefas, em função de competências ou atividade. Disse que o mapa de pessoal para 2023, resulta de um trabalho criterioso de apuramento de necessidades, refletindo a realidade da organização em matéria de postos de trabalho e promovendo a sua conformidade aos desafios diários, onde a descentralização, nomeadamente na área de educação e da saúde representam uma fatia importante na admissão de colaboradores, sobretudo nas diretivas legais aplicáveis. Referiu que das necessidades identificadas, são relevantes a área

operacional, da Estaleiro Municipal, a educação, higiene e segurança no trabalho e planeamento.

Disse que pensar que as delegações de competências para as juntas de freguesias podem trazer constrangimentos, é demonstrar que não se conhece a realidade real do município, abaixo dos valores da média nacional, quanto ao número de trabalhadores em função. Deste modo, referiu que o município de Tondela só será capaz de garantir os compromissos a que se propõe, se continuar a possuir nos seus quadros pessoal capazes.

Referiu, ainda que paralelamente está a ser elaborado um plano de formação para o ano de 2023.

Colocado à votação, o mapa de pessoal foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,8. Designação de júri de procedimento de recrutamento, seleção e provimento de chefe de divisão economia e finanças

Não houve intervenções.

Colocado à votação, a designação de júri para o procedimento de chefe de divisão de economia e finanças foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro,

Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,9. Designação de júri de procedimento concursal de um lugar de direção intermédia de 3º grau- Conservação e manutenção da rede viária

Não houve intervenções.

Colocada à votação, a designação de júri para o procedimento de direção intermédia de 3º grau foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,10. Apreciação e votação de contrato de subconcessão a celebrar com a Associação Ponte Velha

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato de subconcessão foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João

Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,11. Apreciação e votação de contrato de subconcessão a celebrar com a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato de subconcessão foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,12 Análise e votação das propostas para a criação, ao abrigo da Lei nº 39/2021, por desagregação, de freguesias:

a) União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Por sugestão do senhor presidente da assembleia municipal o debate das desagregações de freguesias ocorreu no presente ponto.

Iniciou o debate o senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, José Hélder Alves que referiu que o processo se iniciou em 2005 contra a proposta de agregação de freguesias e de concelhos, que tivessem menos de 1 000 eleitores, tendo a ANAFRE e ANMP sido contra. Referiu que mais tarde com o

chamado livro verde da reforma administrativa e de seguida com as imposições da Troika, houve o compromisso de inclusão no programa do governo para extinção de autarquias. Lembrou que com a implementação da Lei 22/2012, a ANMP, a ANAFRE, a Câmara, a Assembleia Municipal e as freguesias do concelho, que à época eram todas lideradas pelo PSD, foram contra, por haver fortes convicções de que seria um prejuízo para as freguesias. Recordou que com o apoio da Câmara Municipal de Tondela, foi apresentado uma providência cautelar a fim de suspender a eficácia da Lei, mas sem sucesso.

Referiu que no caso da freguesia do Barreiro de Besteiros, contrataram em dezembro de 2012, um jurista para intentar uma providência cautelar, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, assim como para outras várias instâncias, todas sem sucesso. Disse que, ainda tentaram uma providência cautelar contra a assembleia da república, que tramitou até ao Supremo Tribunal, sempre sem qualquer sucesso. Referiu que a assembleia de freguesia e a junta do Tourigo também sempre se manifestaram contra a agregação de freguesias, sendo que esta freguesia tinha sido criada 25 anos antes, pelo que considera um duplo erro. Lembrou ainda a constituição, em 2016, de um grupo “movimento cívico” no Tourigo, para entregar um dossier na Assembleia da República, que também não deu em nada.

Frisou que ambas as freguesias nunca aceitaram a agregação. Concluiu dizendo que após várias tentativas, chegados aqui, é vontade unânime das freguesias que seja feita a sua reposição como freguesia do Barreiro de Besteiros e da freguesia do Tourigo.

Seguidamente, o senhor presidente da União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, Paulo Bizarro, disse que tal como evocado pelo membro José Hélder, houve procedimentos para impedimento da agregação de freguesias, mas sem sucesso. Referiu que a Lei 39/2021, de 24 de junho, veio possibilitar a correção de um erro, que foi a agregação de freguesias, foi aprovado por unanimidade a proposta de desagregação das freguesias, com parecer favorável da junta de freguesia, indo ao encontro da maioria da população desta União de Freguesias, sobretudo da população mais jovem, que desejam a reversão, e que na prática não surtiu qualquer benefício. Assim, submete à assembleia municipal a proposta de desagregação da União das freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa. Anexo 12

O senhor presidente da União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, Paulo Roberto referiu que as preocupações e reivindicações são semelhantes às dos colegas presidentes de junta das Uniões de Freguesias de Barreiro de Besteiros e



Tourigo e de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, solicitando que, respeitando a vontade do povo, a Assembleia Municipal vá ao encontro das suas vontades. Referiu que as freguesias de Vilar de Besteiros e a de Mosteiro de Fráguas manifestaram-se, desde o início, contra a agregação, bem como há época, a assembleia municipal. Referiu que a Junta de Freguesia é a entidade territorial mais próxima que as populações têm para manifestar as suas pretensões, sendo que em 2016 à Assembleia de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas aprovou por unanimidade os projetos de Lei do PCP, do Bloco de Esquerda e do PS sobre a reorganização territorial das freguesias, tendo sido enviada a deliberação à Assembleia da República. Referiu que aproveitando a Lei 39/2021, a Junta e Assembleia de Freguesia receberam um expressivo abaixo assinado solicitando a reposição das antigas freguesias. Disse que ao longo do tempo nunca houve rivalidade, mas sim um sentimento de distanciamento entre eleitores e eleitos locais, com consequências negativas para a democraticidade na gestão autárquica e no debate plural, pelo que espera que seja concretizada a vontade das populações.

O membro Carlos Amaral referiu que em democracia não podem esquecer a vontade do povo, e ouvindo as justificações dos Presidentes de Juntas, que são quem ouve e está por perto da população, na sua opinião pessoal, deve a assembleia votar favoravelmente respeitando assim o trabalho feito pelos senhores presidentes de junta em representação dos seus eleitores.

O membro Rui Santos começou por dizer que irão votar favoravelmente as propostas, porque os órgãos das freguesias e em alguns casos os habitantes se pronunciaram nesse sentido. Na esperança de ser aprovada na assembleia da república, disse que existirá o problema das viabilidades financeiras, mas que terá de ser a assembleia da república a resolvê-lo. Contudo, referiu que no futuro, deverá existir o espírito de cooperação entre as pessoas, e não dar azo a “guerrinhas” entre freguesias, por causar prejuízos enormes, entre os quais no investimento.

Referiu que fez parte da Assembleia Municipal, juntamente com o senhor Presidente de Junta José Hélder, daqueles que há trinta anos votaram contra a constituição das freguesias do Tourigo, por questões que hoje são evidentes no que respeita ao despovoamento, dimensão e escala. Referiu que hoje as populações manifestaram-se e que respeitaram a vontade manifesta. Lembrou que os acordos da Troika previam uma reorganização administrativa, não dizendo como seria feito nas freguesias, aliás inicialmente falava-se em reorganizando os concelhos, sendo que, no distrito de Viseu há concelhos mais pequenos que algumas das nossas freguesias, algo



que considera impensável para o futuro, e na altura o governo do PSD não teve coragem para afrontar os presidentes de câmara e começou pelas freguesias, que era onde havia menos poder. Disse que em alguns casos foram feitas de forma arbitrária, esperando que o que se conseguir corrigir, seja mais benéfico para as freguesias.

O membro Martinho Rodrigues disse que é exemplo claro dos últimos anos do que foi uma má Lei imposta e não prometida. Referiu que a reorganização administrativa da Troika deveria ter sido feita no interesse das populações, e no seguimento da vontade das pessoas. Contudo, reconheceu que existem bons exemplos dessa reorganização, como é o caso da cidade Viseu. Entende que a Lei poderia ter um efeito diferente se, ao invés de ter sido imposta, fosse adotada na vontade de quem a pretendesse aplicar. Referiu ainda que a promessa do PS em permitir que as freguesias se desagregassem está a dar essa possibilidade a quem o pretende fazer.

O membro José Hélder Alves retificou o senhor membro Rui Santos, dizendo que não votou contra a criação da freguesia do Tourigo em 1986. Disse, ainda que o PS e o PSD têm culpa no processo, pois o processo iniciou-se em 2005.

O senhor presidente da assembleia municipal, na qualidade de membro, interveio acautelando os intervenientes destas propostas das expectativas, por não haver nenhuma alteração aprovada na Assembleia da República no sentido de desagregar as freguesias. Disse que o processo foi iniciado em 2006, com o governo do PS como mentor da proposta em eliminar todas as freguesias com menos de 1000 habitantes, e que posteriormente foi entregue a Troika. Disse que respeita as posições das Assembleias de Freguesia e dos presidentes de junta intervenientes, que defendem que o melhor para as populações é a criação das freguesias por desagregação. Mas, referiu que na sua opinião, acredita que a solução que aprovou no parlamento e que lhe coube implementar, enquanto Secretário de Estado do governo do PSD, é globalmente mais favorável para o país, que não precisa de um processo de recuo a este respeito, nesse sentido com a mesma coerência anterior, o seu voto é contra as propostas apresentadas.

Colocado à votação, a criação da freguesia de Barreiro de Besteiros e da freguesia de Tourigo, foi aprovada por maioria com o voto contra do membro António Leitão. Votaram a favor os membros: Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro,

Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,12 Análise e votação das propostas para a criação, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, por desagregação, de freguesias:

b) União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa

Colocada à votação, a criação da freguesia de São Miguel do Outeiro e da freguesia de Sabugosa, foi aprovada por maioria com o voto contra do membro António Leitão. Votaram a favor os membros: Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,12 Análise e votação das propostas para a criação, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, por desagregação, de freguesias:

a) União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Colocada à votação, a criação da freguesia de Vilar de Besteiros e da freguesia de Mosteiro de Fráguas, foi aprovada por maioria com o voto contra do membro António Leitão. Votaram a favor os membros: Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria

da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,13 Apreciação e votação da desafetação de domínio privado para afetação ao domínio público de parcela de terreno do prédio urbana 1657 da União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha

A senhora presidente da câmara referiu que a presente proposta de desafetação decorre do projeto de ampliação do loteamento da ZIM de Tondela, em uma parcela irá integrar o domínio público.

Após a devida apreciação, a desafetação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,14 Apreciação e votação da desafetação de domínio privado para afetação do domínio público de parcela de terreno do prédio urbano 2120 da União de Freguesias de Tondela e Nandufe

Não houve intervenções.

A desfetação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,15 Apreciação e votação das propostas de contratos interadministrativos de delegação de competências no âmbito dos transportes escolares a celebrar entre o Município de Tondela e as freguesias de:

i. Canas de Santa Maria

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

ii. Castelões

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

iii. Dardavaz

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

iv. Guardão

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição

Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

i. Lajeosa do Dão

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

ii. Lobão da Beira

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco,

Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

iii. Molelos

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

viii. Santiago de Besteiros

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

ix. Tonda

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

x. União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

xi. União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

xii. União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

xiii. União de Freguesias Tondela e Nandufe

xiv. Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio

Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

xv. União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,16 Apreciação e votação da libertação de saldos de contratos interadministrativo de 2016 e protocolo de 2019 celebrados com a Associação de Freguesias do Caramulo

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição

Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,17 Apreciação e votação de aditamento de contrato interadministrativo nº 36/2021 celebrado com a Associação de Freguesias da Serra do Caramulo

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,18 Apreciação e votação de acordo de financiamento das atividades exercidas, ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionados com o sistema de mobilidade e serviços públicos de transporte de passageiros

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia

Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.19 Apreciação e votação de acordo de financiamento das atividades exercidas, ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionados com o sistema de mobilidade e serviços públicos de transporte de passageiros - Concurso a lançar

Não houve intervenções.

Colocado à votação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,20 Análise e votação sobre contratos interadministrativos relativos a obra rodoviária a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Guardão:

a) Nulidade do contrato interadministrativo nº 120/2021

A senhora presidente da câmara referiu haver necessidade de declarar nulidade do contrato interadministrativo nº 120/2021, atendendo por estar ferido de nulidade. Contudo, disse que se mantém o número de cabimento e do compromisso que será utilizado no novo contrato interadministrativo.

De seguida, o membro o membro Amândio Loureiro referiu que a sequências das alíneas deveria ser invertida, uma vez que o novo contrato deveria preceder o aditamento ao contrato interadministrativo. Continuou dizendo que a informação enviada, refere-se a três documentos submetidos à reunião de câmara, sendo omissa quanto ao novo contrato interadministrativo, pelo que é insuficiente para a compreensão da questão. Deste modo, questionou qual o objeto e termos do contrato a celebrar; a quem competia a atribuição do número de compromisso, cuja falta determinou a nulidade do contrato interadministrativo. Por fim, propôs uma reflexão sobre o objeto do contrato, no qual a junta de freguesia aceitou responsabilidades e incumbências, técnicas e fiscalizadoras, que ultrapassam a sua capacidade de execução. Disse, ainda que celebrado em vésperas de eleições, leva a admitir que se deveu a motivações político-partidária. Anexo 13

O senhor presidente da Assembleia informou que foi remetido a todos os membros a minuta do novo contrato interadministrativo.

A senhora presidente da Câmara respondeu que foi solicitado aos serviços jurídicos que estudassem a questão, que emitiram um parecer. Referiu que o que está em causa é a data da assinatura do contrato deliberado em 2021, pelo que é proposto a nulidade desse ato, voltando a deliberar um contrato com o mesmo teor. Informou que existe dois contratos interadministrativos, que dizem respeito à mesma obra, mas com fases diferentes. Referiu que para a 2ª fase da empreitada é proposto um aditamento temporal, para vigorar até final de 2023. Afirmou que a minuta do novo contrato interadministrativo foi enviada aos membros da assembleia.

Colocado à votação, a declaração de nulidade foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira,

Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

b) Proposta de aditamento ao contrato interadministrativo de 2022 celebrado com a Junta de Freguesia de Guardão

Colocado à votação o aditamento foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

c) Novo contrato interadministrativo

Colocado à votação o contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,21 Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação

A senhora presidente da Câmara informou que o plano ora presente, teve como subjacente uma candidatura da CIM Viseu Dão Lafões, para os municípios aderentes. Referiu que o documento é um documento teve na sua estruturação bases comuns por se entender que as matérias são transversais a todos. Disse que localmente foram desenvolvidas várias atividades, ouvidos os parceiros do CALST e Agrupamentos de Escolas. Referiu que é um documento que deve ser sempre adaptado à realidade, pelo que é um documento dinâmico, onde será incluído ações em função da necessidade.

O membro Felisberto Figueiredo regozijou-se com ok Plano para a Igualdade e não Discriminação, numa iniciativa de âmbito intermunicipal em tempo de se combaterem diferenças de carácter, principalmente, ideológico.

Referiu que o assunto deve ser debatido com serenidade, pela importância que merece. Disse que, apesar de estarmos no séc. XXI a discriminação em questões culturais e/ou educacionais é notória, principalmente para as mulheres no âmbito profissional, ou de intervenção cívica.

Referiu que, nem as quotas, nem as boas soluções legais são o ideal, mas fazem parte do caminho a percorrer para o objetivo pretendido de igualdade e não discriminação. A diferença é um constituinte da humanidade, e é na diferença natural e individual que se cresce e que a sociedade enriquece, com diferentes contributos da totalidade dos seus constituintes.

Deixou votos de uma participação cívica intensa e frutuosa para que se possa vir a extinguir a discriminação, qualquer que seja o seu tipo. Disse ainda que a única diferença que pode ser admissível é a proteção dos mais frágeis, oferecendo-lhes segurança contra os que pretender valer-se das suas vulnerabilidades em proveito próprio. Mostrou-se disponível para o debate na busca de soluções que possam fazer da sociedade um lugar de todos. Anexo 14

O membro Rui Santos referiu estar satisfeito com a elaboração do Plano, atendendo que assistiu à assinatura do protocolo com a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto Presidente da Assembleia Intermunicipal do mandato anterior. Disse que tal evocados

pelos senhores vereadores do PS em reunião de câmara, gostariam de ver outros pontos desenvolvidos no Plano. Disse ser um avanço, pois até ao momento nada existia, pelo que iriam votar favoravelmente.

Colocado à votação o Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.22 Descentralização de competências na área da Ação Social

Retirado da ordem de trabalhos

2.23 Apreciação e votação da proposta de nomeação de auditor externo responsável pela certificação de contas

Colocado à votação, a nomeação do auditor externo responsável pela certificação de contas, foi aprovada por unanimidade, a sociedade de revisores oficiais de contas Marques de Almeida, J Nunes, V Simões e Associados, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Rui Figueiredo, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Isabel Almeida, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, João Pedro Santos Mafalda Felgar, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco,

Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2,39 Outros assuntos de interesse para o Concelho

Não houve intervenções

3-Período aberto ao Público

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

O Presidente:



O 1º Secretário:



O 2º Secretário:



am 2022
A
P
Bo

BENVINDOS À FREGUESIA DE CAMPO DE BESTEIROS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal , Dr. António Leitão Amaro, na sua pessoa toda a restante mesa. Exma Sra. Presidente da Camara Municipal de Tondela, Eng. Carla Borges,

Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caras e Caros colegas Presidentes de Juntas e União de freguesias, público aqui presente e a quem nos segue lá em casa ,Comunicação Social, a todos um Cumprimento Especial.

É com muita satisfação e regozijo, que a Vila de Campo de Besteiros recebe Vossas Excelências, não podia deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Leitão Amaro a brilhante proposta de descentralização das Assembleias Municipais , aquando da sua tomada de posse.

Considero, que quanto mais perto estivermos das Pessoas e da realidade dos seus problemas, quer na rua, conversando e ouvindo, quer na vontade expressa nas Assembleias de Freguesia, mais rápido temos a obrigação de os resolver.

Desejo pois, que todos juntos possamos continuar a percorrer o nosso concelho e a contribuir para a melhoria das condições de vida dos nossos Munícipes.

Permitam-me um Agradecimento Especial à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros, na pessoa do Sr. Presidente Dr. Carlos Amaral cumprimento toda a restante direção, órgãos sociais e todos os funcionários.

Um Agradecimento muito Especial ao Sr. Comandante Miguel Santos e nele cumprimentar todo o corpo ativo OBRIGADO.

Devo realçar a excelente colaboração e disponibilidade, quer da parte da Direção, quer da parte do Comando para com a Junta de Freguesia quando solicitados.

Agradecer também aos funcionários do Município que tudo fizeram para que esta Assembleia se conseguisse aqui realizar.

Cumprimentar também os elementos da Assembleia de Freguesia aqui presentes e uma palavra Especial para os meus colegas da junta de Freguesia.

Por fim e porque joga em casa desejar ao Sr. Vereador Francisco Fonseca as maiores felicidades neste novo desafio, estando certo que o desempenhará com altruísmo e dedicação dando o seu melhor.

Desejo a todos um bom trabalho e sejam bem vindos à Vila de Campo de Besteiros OBRIGADO

Campo de Besteiros 17 de dezembro de 2022



el nede 2

✓
P.
M

Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de Elísio Gomes de Matos.

Elísio Gomes de Matos era uma referência na nossa comunidade.

Um médico, um humanista, um exemplo de altruísmo e integridade, um modelo que deixa um legado inquestionável.

Elísio Gomes de Matos, além da medicina, foi um cidadão exemplar, cujo contributo abraçou toda a comunidade. Fez do associativismo a sua luta empenhando sempre muito carinho e dedicação pelas instituições onde passava.

Um grande bem-haja ao que fez pelo Concelho de Tondela.

Tondela 17 de dezembro de 2022

1
A.
A.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 17.12.2022

1 – Cumprimentos

2 – Venho neste período antes da ordem do dia colocar à colação um tema muito pertinente e para o qual o Governo tem vindo a assobiar para o lado, pois permite-lhe garantir, em estatística que o país de encontra bem de saúde e se recomenda, o que não é verdade, tema esse que é o da fraca ou inexistente prestação de serviços públicos no país e mais concretamente no nosso concelho. Por um lado, temos um défice tremendo na prestação dos cuidados de saúde primários, situação que aliás e do conhecimento do Sr Ministro, pois dela foi informado pela nossa Deputada da Nação, Dr.ª Cristiana, a qual lhe transmitiu que existem centros de saúde no concelho de Tondela que não conseguem assegurar o horário de atendimento normal, quanto mais assegurar um alargamento de horário. E não se venha dizer que é isso ocorre apenas agora, no período do inverno, com o aumento da procura dos cuidados médicos devido à época da gripe, quem nos dera que fosse, mas infelizmente existem pessoas que aguardam há meses pelo agendamento de uma consulta no médico de família, para aqueles que o têm, pois outros nem esse “privilégio – ter um médico de família” têm.

Com efeito, a Unidade de Saúde Familiar de Tondela tem um défice brutal de médicos.

Na extensão de Molelos as consultas são dadas de forma intermitente, sendo deslocados para Tondela muitas das vezes, sendo que, na sua maioria tratam-se de pessoas idosas, sem meios de transporte e com grande défice de mobilidade, chegando a Tondela e voltando para trás porque também não há capacidade de resposta.

Acontece o mesmo na unidade de Canas de Santa Maria e na extensão de saúde da Lageosa do Dão.

2
A
P.
B

Quanto ao agendamento de exames médicos, então nem se fala... uma colonoscopia tem um tempo médio de espera de 4 meses... fisioterapia os doentes aguardam, pelo menos, 6 meses.

A bancada do PS a nível Municipal tem feito alguma coisa em contraciclo com o entendimento do Governo de desprezar e desrespeitar o interior do País?

Ao menos o Governo sabe onde fica Tondela?

Mas meus caros amigos e amigas, não é só na saúde que está o problema.

O problema está na justiça, está nos serviços de Finanças, está nos serviços de Registo e Notariado, no SEF, no fundo está por todo o lado onde se fale de serviços públicos.

Para os menos informados ou mais distraídos, o mais fácil é dizer “os funcionários públicos são uns malandros, não fazem nada, agora nem só querem atender por marcação” e por aí fora.

Meus caros, isso não é verdade, pois não se pode generalizar a singularidade.

Aqui posso-vos afirmar com a experiência que tenho a nível profissional que, por exemplo, nos serviços de Finanças, nomeadamente aqui em Tondela, mas não só, muitas vezes chegamos ao serviço público e no atendimento ao público está apenas uma pessoa que para além de assegurar esse atendimento ainda tem que atender o telefone e tratar dos processos no “*back office*”.

É humanamente impossível esse funcionário ter capacidade de resposta para tudo.

Muitas vezes os assuntos não passam só pelo atendimento, sendo necessário que outras seções os validem e assim demoramos mais 2, 3, 4, 5, 6 meses. Enquanto

isso o contribuinte espera e desespera, o cidadão não vem os seus assuntos resolvidos. Será isso a prestação de um serviço público? O mesmo acontece nas Conservatórias.

Quanto ao SEF, pura e simplesmente não se consegue que atendam o telefone, e quanto aos emails, os mesmos são enviados, mas não há respostas.

O Ministério da Justiça, então esse é fantástico, os Juízes já levam papel de casa para poderem imprimir documentos. Existem citações e notificações que não são feitas devido às indicações de “acionamento” no uso do papel. Aliás, conheço uma situação caricata em que o advogado disponibilizou à ordem de um processo uma resma de papel para as citações serem feitas....será isso serviço público?

Será serviço público apenas aumentar os impostos? Parece-me que será essa a definição de serviço público para o Governo.

Faz-me lembrar o seguinte: quando a maior parte dos aqui presentes nasceu, provavelmente em primeiro lugar foram cidadãos e depois contribuintes, porque os nossos pais faziam o registo, era atribuída uma cédula de nascimento e um número de bilhete de identidade e mais à frente era tirado o número de contribuinte.

Hoje em dia, já nascemos contribuintes, fazemos o registo do nosso filho e é-lhe atribuído o número de contribuinte, depois é cidadão... se calhar! Beneficiar dos serviços públicos essenciais? Se tiver sorte...

Mas o problema não se fica apenas por aqui.

Os serviços estão com falta de recursos humanos, o Governo disfarça a coisa, vai empurrando com a barriga, não abre concursos públicos e vai fechando valências.

4
A
P.
D.

Meus caros amigos, tendo em consideração tudo isto, perspetivasse um colapso total dos serviços públicos.

A par do que tenho feito em outras intervenções, nomeadamente no âmbito da falta de apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, gostava que a bancada do PS usasse da sua influência para influenciar o Governo a olhar para os cidadãos com dignidade, nomeadamente aqueles que são resilientes e moram no interior do país, por forma a que lhes prestasse os serviços básicos a que o Governo está obrigado, ~~que se encontram em situação de vulnerabilidade~~

Carlos Amaral

Muito obrigado!!!!

Carlos Amaral

Assembleia Municipal de Tondela 17/12/22

Quartel da AHBVV de Besteiros-Campo de Besteiros

ex novo
A
E

Exmo. Sr. Presidente da Mesa de Assembleia Municipal,

Ex.ª. Srª. Presidente da Camara Municipal,

Restantes membros da mesa,

Exmos. SRS. Vereadores do Município,

Colegas membros desta Assembleia,

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Srs. e Senhoras Da Comunicação Social

Publico presente e publico que nos acompanha pelos meios digitais,

Senhoras e Senhores:

Aproveito esta oportunidade para aplaudir a iniciativa destas reuniões descentralizadas, que permitem uma proximidade com a população e com as instituições das diferentes localidades do concelho.

Queria também, em nome da bancada do PS, agradecer a amabilidade no acolhimento por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Besteiros, Paulo Loureiro, meu primo e meu amigo.

O nosso reconhecimento a esta Grande Instituição a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros, cumprimentando o seu Presidente, nosso colega Carlos Amaral, e na sua pessoa cumprimentar os restantes membros dos corpos sociais, todos os ex-dirigentes e todos os associados.

Cumprimentar, também, o Comandante da corporação Miguel Santos, e na sua pessoa cumprimentar todo o Corpo Ativo e todos os bombeiros que prestam ou prestaram serviço na corporação, de apoio aos cidadãos, no combate aos incêndios e prestação de serviços de socorro, sempre com elevado empenho, espírito humanitário e solidário, nesta vasta região de Besteiros, serra do Caramulo e em outros locais para onde foram e são chamados com frequência, com enorme sentido de missão cumprindo o lema "vida por vida".

Sinto-me um de vós, sinto-me em casa, pois piso a terra que me viu nascer e crescer, Obrigado.

A minha intervenção neste ponto prévio da ordem de trabalhos, prende-se essencialmente, em fazer uma leitura política do momento que atravessamos relativamente ao executivo Municipal, eleitos pelo PSD nos últimos anos e a forma como atuou o Partido Social Democrata perante a gravidade dos factos ocorridos.

Não ficava bem com a minha consciência se continuasse a ouvir aqui e ali, comentários, opiniões, muitas delas infundadas, leituras transversais, que nos atingem a todos enquanto

atores políticos na atualidade, e ao mesmo tempo, sendo membro desta Assembleia e neste lugar não emitir o que penso e discutir neste lugar, que é próprio, essas mesmas questões.

Quero-me reportar, objetivamente, à sentença condenatória por burla agravada, com pena de prisão (embora suspensa na execução com perda de mandato) ao presidente da Camara de Tondela reeleito como cabeça de lista pelo PSD em outubro de 21, José António Jesus, e ao ex-vice-presidente Pedro Adão eleito pelo PSD em 2 mandatos.

Todos sabem qual a posição do Partido Socialista de Tondela sobre esta matéria, que em tempo oportuno (muito antes de qualquer sentença condenatória) tornou público, como era seu dever, que em casos semelhantes com a acusação formada retiraria a confiança política a qualquer eleito nas suas listas.

Dirijo-me também aos jovens eleitos, que nesta assembleia são em maior número na bancada do PSD, jovens promissores com grande qualidade oratória e resiliência, antevendo-se futuros responsáveis políticos que poderão assegurar a continuidade política dos respetivos partidos.

É para nós claro, que aquele eleito nem sequer deveria ter feito parte das listas candidatas, dadas as circunstâncias, eles próprios, terem assumido publicamente com a devolução dos valores que entendiam ser devidos, muito embora estivesse também em causa a falsificação de documentos o que veio a ser provado, pelo menos para o Ex-presidente José António Jesus.

Quem comete tais atos, por mais que custe, não pode ser protegido pelo partido.

Da parte do PSD de Tondela, antes, durante e após a condenação não ouvimos nenhuma justificação, nenhum pedido de desculpas, nenhum lamento, nada!

Para espanto de todos nós, só após o condenado ter feito uma declaração, que ficou muito aquém do que seria espetável, sobre a pseudo-renúncia ao mandato (sim!, porque a sentença diz que perde o mandato), é que o PSD de Tondela emite um comunicado, mas em vez de lamentar e opinar sobre a questão concreta, vem, ouçam bem, pois eu não queria acreditar, vem agradecer ao condenado pelo bons serviços prestados ao município. Era o que faltava!

Podiam ter aproveitado o momento, e agradecer também ao António Pereira, ex presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Dão e ex-diretor da Associação de Municípios do Planalto Beirão, eleito e nomeado pelo PSD, indiciado por ter feito viagens com a namorada ao Brasil às custas da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

Podiam também ter aproveitado e agradecer à Sr^a. Tesoureira da Camara Municipal até 2001, por ir roubando os cofres do Município durante anos atingindo um montante que ultrapassou 1 milhão de Euros.

Podiam também, agradecer ao ex-presidente Carlos Marta reeleito pelo PSD, indiciado por ter extraído valores em senhas de presença de reuniões a que não tinha direito, da Associação de Municípios do Planalto Beirão, de que era presidente, montantes esses de valores próximo de 60.000€ que devolveu, e condenado por outras questões concretas.,

Podiam também agradecer, aos condenados a prisão (embora com penas suspensas no ato) e obrigados a devolver cerca de 30.000,00€ à Junta de Freguesia, presidente e secretário da junta de freguesia de Tondela e Nandufe, eleitos pelo PSD, José Mendes e Carlos Santos, Por terem atestado combustível nas suas viaturas e o PSD nem sequer lhes retirou a confiança política e o deixaram permanecer nas reuniões de Assembleia Municipal com um papel lamentável perfeitamente escusado.

Será este o exemplo que o PSD de Tondela quer deixar e transmitir aos jovens atores políticos do nosso concelho? Estes são considerados bons exemplos de exercício de cargos públicos? Acham que tudo isto não passou de uma mera formalidade? Acham que podem continuar a fazer o mesmo?

Não queremos acreditar que um partido político responsável como deve ser o PSD, queira deixar este legado em Tondela.

E tudo isto nos transporta para uma situação que fragiliza os órgãos autárquicos que restam, que, em nosso entender não têm condições políticas de governabilidade, e quem vai sofrer é Tondela, o seu desenvolvimento, a sua credibilidade e os cidadãos de Tondela.

Basta fazer uma leitura atenta aos Sensos 2021 e percebe-se o caminho que estamos a traçar.

Falta de visão estratégica para o futuro, e o futuro é sempre feito com pessoas e fixação de pessoas. Tondela não é um concelho tão interior como isso e perde população, apesar de um ambiente de pleno emprego, muitos jovens qualificados saem de Tondela ou não regressam, os que querem aqui trabalhar não encontram condições para se fixarem, ou por falta de condições de habitabilidade por falta de habitação a preços acessíveis, ou por falta de outros atrativos.

Falta de planeamento e ordenamento do território, sem projetos de conservação e proteção da Fauna e da Flora, quer ao nível da Floresta, quer ao nível das linhas de água, Rios e Ribeiros com a cada vez mais poluição, quer por falta de tratamento adequado dos efluentes, quer por poluição direta de algumas indústrias, ~~com fortes sinais de poluição.~~

Uma baixíssima execução orçamental, pondo em causa a viabilidade dos projetos em curso e projetos futuros, quer ao nível do aumento de preços, quer ao nível da credibilidade de eventuais novas candidaturas. E neste ponto vemos o ataque permanente, também neste ponto da ordem de trabalhos, com os eleitos do PSD a criticar a demora na execução das obras do IP3, das Urgências do Hospital, da execução do Centro de Radioterapia, nos atropelos da falta de médicos nos centros de saúde do concelho, etc...questões que a nós também preocupa, dando a entender que uma coisa é a realidade do País e outra é a do Município, como quem olha com dois olhos e duas cabeças para problemas semelhantes...

Para terminar e com mais importância, desejo a todos, um feliz Natal, com votos de um novo ano com muita prosperidade e com muita saúde.

Martinho de Loureiro Rodrigues

Membro do grupo do Partido Socialista.

0 1 2 3 4 5
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z



TONDELA
MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE ATVIDADES

Câmara Municipal de Tondela

23 de setembro de 2022 a 17 de dezembro de 2022

Informação escrita à Assembleia Municipal de
Tondela de 17 de dezembro de 2022

[Handwritten signature]

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea c) do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e considerando a importância de manter os membros da Assembleia Municipal de Tondela informados do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal de Tondela elaborou o presente Relatório de Atividades decorrentes das Atividades realizadas entre o passado dia 23 de setembro a 17 de dezembro de 2022.

2. PRINCIPAIS INICIATIVAS REALIZADAS

Decorreu no passado dia 23 de setembro a 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela.

É inegável que o impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, continua dum modo claro e inequívoco, a provocar incertezas e a retrain investimentos dos agentes económicos.

É inegável que a inflação continua a ultrapassar todas as estimativas efetuadas.

É inegável que o aumento e o acesso às matérias primas tem acarretado graves consequências ao desenvolvimento económico em todos os setores, sobretudo no setor da construção civil, provocando atrasos na prossecução dos trabalhos e levando a inúmeras suspensões e prorrogações de prazos.

É, neste contexto, de profundas alterações na economia global, ocorridas durante o ano de 2022 e sentidas na economia portuguesa, em geral, e no dia a dia da sociedade, em particular, que apresentamos as atividades realizadas pela Câmara Municipal de Tondela, neste período. É um documento

Mesmo assim e no âmbito do investimento público procedeu-se à assinatura Pública dos Contratos de Empreitada Lote 1 e 2 do Sistema de Redes de Saneamento - Norte de Tondela, no valor de 1.703.414,12€ para o lote 1 e lote 2 de 1.018.049,07 €, bem como à assinatura do contrato de promessa compra e venda com a Pre-Zero – Ampliação das Instalações que possuem na Zim de Tondela.

Ao desenvolvimento e acompanhamento da tramitação administrativa conducente à adjudicação da empreitada Reabilitação das caixas de visita de esgoto TOND-A38 e caixa adjacente pluvial, localizadas na Avenida Dr. António Tenreiro da Cruz em Tondela.

A
F
B

Na área da educação, o processo da transferência de competências, continuou a ter especial relevância neste primeiro período de preparação do ano letivo, tendo em vista uma educação de sucesso para todos os nossos alunos.

Se é verdade que a 19 de setembro, havia uma série de serviços perfeitamente operacionais, como é o caso das refeições, dos transportes e das atividades de enriquecimento curricular, continuou-se o caminho para a implementação do sistema de gestão integrado, que vai desde os jardins de infância até ao secundário, o que implicou uma uniformização de todo o sistema.

De realçar que o município, este ano, passou a assumir todos os encargos financeiros da componente de apoio à família, que até ao momento era assumido pelas famílias.

Mas a educação, no concelho, não se esgota no âmbito do ensino básico, secundário e profissional. Assim, demos início ao curso de Pós Graduação, em parceria com o ISCAC – Coimbra Business School, na área da Economia e Gestão Industrial. Destaca-se a importância em dar certificação e habilitações académicas aos quadros do tecido empresarial do município.

Em relação ao urbanismo sabemos que o final do ano de 2017 trouxe consequências diretas para o nosso concelho, não se esgotando só na lamentável perda de vidas humanas, na mudança da paisagem ou nas consequências económicas associadas. Também tiveram repercussão direta nos serviços municipais com destaque no departamento de urbanismo com a entrada de cerca de 200 processos de novas edificações e/ou reedificações, entre primeiras e segundas habitações.

Neste contexto, tem sido efetuado um esforço enorme na recuperação de processos em atraso, bem patentes nos dados que passamos a informar à Assembleia Municipal.

Desde 1 de janeiro até ao dia 21 de novembro entraram no Serviço de apoio ao balcão único, 3978 pedidos administrativos (sejam eles processos de obras, certidões, pedidos de informação prévia, entre tantos outros), tendo sido expedidos 4 661 pedidos. Nestes 11 meses houve uma recuperação de 683 procedimentos.

Esta dinâmica de recuperação é para manter e continuar tendo em conta as solicitações diárias que nos são feitas, mas que só com o profissionalismo e entrega dos profissionais, à semelhança do que acontece noutros setores, será possível caminharmos para uma normalização temporal que todos desejamos.

Sendo certo que o departamento de urbanismo não se esgota só na parte



processual mais visível, tem também uma atividade importante nos instrumentos de gestão do território. Como tal, nos últimos meses tem-se vindo a trabalhar de forma afinçada na avaliação de todos os pedidos e da atualização do PDM, estando marcado para 15 de dezembro a primeira reunião de conferencia dos serviços com a CCDRC.

No que concerne à Ação Social tem sido dada a continuação do desenvolvimento da organização logística para o acolhimento dos agregados familiares deslocados ucranianos - apetrechamento das habitações para o efeito;

Encontra-se em fase de contratualização dos arrendamentos / subarrendamentos com os agregados familiares acolhidos – vindos do Centro de Acolhimento para Refugiados em Cascais.

A Estratégia Local de Habitação é um documento estrutural que data de 2020 e que permitiu celebrar o Acordo de Colaboração com o IHRU que prevê um investimento de cerca de 5ME€, sendo parte dele não reembolsável e outro a título de empréstimo não bonificado. Foram contactados todos os beneficiários diretos identificados no documento, cerca de 78, ficando a nu a fragilidade destes agregados desfavorecidos, na medida em que não têm condições financeiras para avançar com as obras e aguardar pelo ressarcimento do IHRU.

Face a estas novas realidades, é propósito da Câmara Municipal ajustar o Acordo de Colaboração com o IHRU. Além das despesas já submetidas na plataforma do IHRU que ainda não foram ressarcidas, estamos também a submeter inúmeras despesas relacionadas com uma das medidas previstas no documento e que se prendem com subarrendamentos com garante do 1º direito, que existem em diversas freguesias do concelho.

Ainda no que concerne à habitação a Câmara Municipal de Tondela, iniciou o processo de constituição de áreas de reabilitação urbana no concelho de Tondela, assumindo a reabilitação urbana um importante papel nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável das comunidades do território concelhio, permitindo pela sua concretização, um tratamento das áreas mais degradadas, num ambiente global mais harmonioso e sustentável.

No domínio do ambiente destaca-se o início de funcionamento da Aintar. A partir deste momento todas as questões relacionadas com a rede de saneamento são acompanhadas pela Aintar.

Nesta fase de transição estão a ser acompanhadas pelas Câmaras. Manter-se-á o atendimento ao público nos Municípios, havendo um ponto de atendimento ao público em cada câmara. A maioria dos pedidos relaciona-se com ramais, que a partir desta data passaram a ser gratuitos desde que inferiores a 20m e a limpeza de fossas.

Mas, também, a justiça nos tem deveras preocupado e na sequência da solicitação realizada para audiência com representantes dos advogados de Tondela, dentro dos quais estiveram a representante da Delegação da Ordem dos Advogados, reunimos no dia 9 de novembro com a Dr^a Corália, Dr. Pedro e Dr^a Miriam. Nesta audiência, foram presentes pelos Srs. Várias preocupações, nomeadamente as relativas à falta de Juiz em permanência no tribunal de Tondela, às dificuldades apresentadas nos serviços da Conservatória, predial e civil, motivadas por falta de recursos humanos.

Assim, solicitámos, com carácter de urgência, uma audiência à Sr^a Juíza Presidente da Comarca de Viseu, no âmbito da qual tivemos oportunidade de expor as várias questões, nomeadamente:

- a preocupação com o facto de que a circunstância de saúde do Dr. Luís Agostinho ser frágil, antevendo-se uma recuperação longa, que provavelmente o impediria de regressar no início de janeiro de 2023;
- até ao momento o tribunal tem funcionado apenas dando respostas às situações urgentes;
- existem vários processos que se estão a acumular, o que se agravará caso não se encontrem soluções mais definitivas para o início do ano, o que na nossa opinião, importa serem desde já acauteladas.

Às questões colocadas, a Ex^a Sr^a Dr^a Juíza Presidente da Comarca, partilhou connosco, que neste momento se encontram dois Srs Juízes afetos ao Tribunal de Tondela em regime de voluntariado, acompanhados por pela Sr^a Dr^a Juíza do Tribunal de Santa Comba Dão. Relativamente aos dados dos processos pendentes à data são: 17 processos na área civil e 18 processos na área criminal, e que estava a acompanhar a situação, concordando com as dificuldades que poderão vir a existir na recuperação do Sr. Dr. Luís Agostinho e no seu regresso ao trabalho.

Posteriormente, e em resposta às preocupações manifestadas pelo Município, informou que perante estas circunstâncias, no início de janeiro seria colocado um Juiz em Tondela a tempo inteiro, não obstante a data de regresso do Dr. Luís Agostinho.

No âmbito da Delegação de Competências para as juntas de freguesias reunimos com equipa da CCDRCentro. Nessa reunião, foram analisados protocolos e acordos de execução celebrados com as juntas de freguesias.

Handwritten signature or initials in blue ink.

Pretendemos iniciar o processo de auscultação no início do próximo ano e efetuar delegações de competências, para que se possa comunicar à DGAL, de modo a que a sua efetivação ocorra em 2024.

O trabalho desenvolvido com as juntas de freguesia tem sido, praticamente, diário, para podermos aferir e desenvolver uma atividade mais próxima do cidadão. Nesse sentido, no mês de maio do presente ano, foram celebrados protocolos de apoio às atividades próprias e que tiveram um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Por último, apresentámos em reunião de Câmara, os documentos que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano civil de 2023, na importância de 42 376 601,00€ na receita e na despesa.

Este documento espelha compromissos assumidos num período de incertezas, marcado pela resiliência e esperança num futuro próximo deste executivo, mas, também, na confiança que depositamos, na capacidade de superação e na crença de toda a nossa sociedade civil e dos nossos autarcas.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

3.1- Requalificação Urbana, Vias, Mobilidade, Ambiente e Fundos Comunitários.

3.1.1-Departamento de Ambiente, Alterações Climáticas e Fundos Comunitários

- Participação na Sessão “Resumo a 2030 – Agentes Locais em Ação” tendo em vista a promoção de sinergias entre os atores locais e municípios ODS local no âmbito concretização da Agenda 2030 nos territórios portugueses (CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela).
- Articulação administrativa e técnica entre o Município e a AINTAR, tendo presente o facto desta última ser a nova entidade gestora da rede de esgotos a partir de 01/11/2022.
- Execução e ligação de 12 ramais de esgoto.
- Resolução de 6 ocorrências na rede de esgotos.
- Frequência da formação sobre procedimentos de higiene e segurança relativos à exploração e manutenção dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais.
- Intervenção na conduta que abastece o fontanário das 2 bicas no Carvalhal de Tondela.
- Arranjo de rotura da rede predial de água do WC da ETAR da Caparrosinha.
- Arranjo de rotura da rede de água de fontanários de Carvalhal da Mulher.
- Arranjo de rotura da rede de água de fontanários do Penedo.

Handwritten signature or initials in blue ink.

- Acompanhamento da realização do serviço de limpeza de coletores das redes de drenagem de águas residuais domésticas na cidade de Tondela.
- Desenvolvimento e acompanhamento da tramitação administrativa conducente à adjudicação da empreitada Reabilitação das caixas de visita de esgoto TOND-A38 e caixa adjacente pluvial, localizadas na Avenida Dr. António Tenreiro da Cruz em Tondela.
- Elaboração de informação conjunta com os serviços de fiscalização, referente ao processo de fiscalização 140/2022, sob o nº 24612.
- Reuniões com o prestador de serviços de fiscalização da empreitada ETAR Zim do Lajedo relativamente à tramitação inerente dos trabalhos complementares.
- Realização de vistoria para efeitos de deliberação de libertação de caução da empreitada da Rede de Água a Várzea do Homem.
- Acompanhamento na qualidade de representante do DO da empreitada "Rede de águas e esgotos ao Caramulo Lote 2", no que se refere à articulação com os serviços de Fundos Comunitários e Contratação Pública na realização dos autos de medição e tratamento de reclamações.
- Visita às 38 zonas de abastecimento que integram o PCQA de 2023 com o Prestador de Serviço responsável pela elaboração do PSA - Plano de Segurança de Água.
- Consulta preliminar para abertura do procedimento de prestação de serviço de análises a águas de abastecimento, em fontanários de origem única que integram o PCQA - Programa de Controlo de Qualidade da Água; Informação de abertura do procedimento e elaboração das respetivas peças concursais.
- Elaboração do edital trimestral, para publicação da informação relativa à implementação do PCQA no 3º trimestre de 2022.
- Coordenar a realização de análises nos fontanários.
- Comunicação no portal a ERSAR dos incumprimentos ocorridos nas análises realizadas nos fontanários que integram o PCQA.
- Aviação das condições existentes no abastecimento da água na Escola EB23 de Caramulo.
- Atualização de dados do autocontrolo das ETAR com TURH em vigor na plataforma Siliamb relativa ao 2º e 3º trimestre.
- No âmbito do processo concursal para a constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de Assistente Operacional na área de higiene, limpeza de Edifícios e Equipamentos Públicos, foram admitidas, 4 funcionárias a 19 outubro, 1 funcionária a 1 novembro e 3 a 14 de novembro. Para o efeito, reunimos e foi entregue o respetivo fardamento de proteção individual. Reorganizado o mapa de serviço de pessoal, nas diversas instalações.

- Pedido de orçamentação de produtos limpeza e a respetiva requisição/aquisição dos mesmos.
- Em cada instalação do Município foi verificada a falta de produtos de limpeza e precedeu-se à respetiva entrega.
- Análise e parecer à pretensão da Junta de Freguesia e proposta de Religação de IP na:
 - Rua São Jorge - Póvoa Lobo - Dardavaz
 - Travessa Campo Futebol - Alvarim - Dardavaz
 - Rua Portelinha - Alvarim - Dardavaz
 - Rua Casal Queimado - Chancela - Dardavaz
 - Fonte Velha - Outeiro de Baixo – Dardavaz
 - Rua Negrosa - Alvarim - Dardavaz
- Abertura e análise de propostas dos concorrentes no âmbito do CCP Fornecimento contínuo de consumíveis de higiene e limpeza para os edifícios municipais.
- Tramitação processual de fornecimento de energia elétrica com a E-Redes para a EE da ZIM do Lajedo.
- Apoio à fiscalização, análise e emissão de parecer sobre a tramitação dos quadros elétricos parciais da ETAR da ZIM do Lajedo.
- Apoio à Fiscalização na tramitação processual para execução de ramal fornecimento de energia elétrica na Praça Táxis Caramulo.
- EB0 de Tondela -> análise e verificação da causa do disparo do quadro Elétrico -> avaria do Estore elétrico

Intervenções dos Eletricistas

- ETAR Tourigo -> análise e verificação da avaria do compressor.
- ETAR Coelhooso -> Substituição do ventilador do edifício de exploração.
- Habitação Social no Bairro das Colmeieiras -> análise e verificação do circuito de tomadas.
- Escola de Vilar -> análise e verificação do circuito de tomadas.
- ETAR de Muna -> reparação da prumada do ramal.
- CPCJ -> substituição de lâmpadas.
- Parque Urbano -> Atualização do horário da iluminação.
- Lago da ACERT -> Limpeza dos filtros.
- Lago da Sereia -> Limpeza dos filtros.
- ETAR Muna -> Quadro elétrico queimado -> eletrificação de quadro elétrico.
- EE Tourigo -> análise e verificação do não funcionamento das bombas -> necessidade de substituição de 3 boias para esgoto, com cabo de 10m.



- JI Tourigo -> Instalação de campainha.
- Escolas de Canas -> análise e verificação do circuito de tomadas.
- EE Gândara -> análise e verificação da causa de falha de energia -> substituição de fusíveis.
- Piscinas -> análise e verificação da anomalia na iluminação exterior das Piscinas.
- CMT -> Substituição de 12 lâmpadas - Sala de Desenho.
- Semáforo de Tojal do Moinho -> Remoção de armário de comando do semáforo – acidente.
- Refeitório -> Avaria do circuito do ar condicionado.
- Escola Campo Besteiros -> Substituição da iluminação.
- EB0 Tondela -> Disparo de alarme de incêndio.
- CMT -> Ensaios de iluminação no Salão Nobre.
- Estaleiro -> Instalação de projetores para magusto.
- Mercado Velho -> Desmontagem de projetores e verificação de circuitos.
- Fonte da Sereia -> Desmontagem de projetores e verificação de circuitos.
- Zona envolvente à Igreja/Plátanos ->Desmontagem de projetores e verificação de circuitos.
- WC Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho -> substituição de detetor de movimento.
- Tondela +10 -> substituição de detetor de movimento.

Fundos Comunitários e apoios financeiros externos

- Reprogramação da candidatura do CRO
- Submissão do 1º Pedido de Pagamento do CRO no valor de 161 214,75€.
- Submissão do 13º Pedido de Pagamento referente à operação “Rede de Saneamento a Valverde” no valor de 14 039,81€.
- Submissão do 2º Pedido de Pagamento referente à operação “Remoção de Fibrocimento na Escola Básica de Lajeosa do Dão” no valor de 99 453,60€
- Tratamento da documentação remetida pela Divisão Económica e Financeira referente às empreitadas da “Reabilitação da Escola Secundária de Tondela”, “Sistema de abastecimento de Água ao Caramulo” e “Extensão de Saneamento ao Caramulo” para posterior elaboração e submissão dos respetivos Pedidos de Pagamentos.
- Apuro da Elegibilidade da despesa dos Autos de Medição 93, 94, 95 e Trabalhos Complementares 7 e 8 referente ao Lote B da empreitada de Saneamento e Água do Caramulo.

A
E
P
S

- Está em elaboração a Reprogramação da operação “Reabilitação da Escola Secundária de Tondela”.
- Participação na Sessão de Esclarecimentos referente aos Apoios e Incentivos financeiros para Programas Bem-Estar Animal para o ano de 2022 do ICNF.
- Submissão das Candidaturas ao PRR da “Requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Tondela” e “Reabilitação da Extensão do Centro de Saúde do Caramulo, Guardão

Serviços Higio-sanitários :

- Recolha de cadáveres: 2 raposas, 1 texugo e 3 javalis, sendo que javalis foram registados na plataforma do ICNF (ANIMAS) e num deles foi recolhida amostras para despiste de Peste Suína Africana.
- Promovidas 47 cirurgias para controlo reprodutivo (39 gatos e 8 cães) entre animais adotados e animais capturados ao abrigo do programa CED.
- Capturados 8 animais entre cães e gatos sendo que 3 destes animais são cadelas com ninhadas e uma ninhada em que a mãe não foi possível capturar, sendo que neste momento o canil conta com a presença de cerca de 20 cachorros para adoção.
- Promovida a adoção de 10 animais.
- Realização de uma ação de sensibilização sobre o bem-estar animal na Escola Primária da Adiça para crianças entre os 3 e os 9 animais.
- Participação do veterinário, na qualidade de jurado, no concurso de gado bovino no concelho de Vouzela
- Realização todas as segundas feiras durante o período da manhã da vacinação de cães ao abrigo da campanha de vacinação antirrábica.

3.1.2-Departamento de Acessibilidades, Mobilidade, Equipamentos e Materiais

Intervenções realizadas pelos cantoneiros de vias

- Limpeza de faixa de gestão de combustível na estrada da Amieira (entre Malhapão e cruzamento do CM 1515-1 Barreiro de Besteiros).
- Conclusão da limpeza da via estrada principal da Naia - Canas de Stª Maria (entre Nó de Valverde e rotunda da Naia).
- Limpeza de faixa de gestão de combustível na Rua da Tojeira (entre Rotunda de Canas Stª Maria e Lobão da Beira).
- Em curso a faixa de gestão de combustível da EM 624 (entre Lobão da Beira e Lajeosa do Dão), previsão de conclusão 02/12/22
- Beneficiação de caminho florestal em Stª Ovaia de Cima - Canas de Stª Maria.

Handwritten signature

- Arranjo de Caminho Florestal em Lobão da Beira (entre Campo de futebol - Rio de Asnes).
- Manutenção de pavimentos em : Caparrosa / Silvares , Dardavaz, São Miguel do Outeiro e Sabugosa, Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fraguas, Tondela/Nandufe

Intervenções realizadas pela equipa de apoio a eventos

- Montagem e desmontagem de estruturas para a Feira da Castanha em Múceres - Castelões.
- Montagem e desmontagem de estruturas para Mercado de Artesanato e a Feira de Antiguidades de Tondela.
- Montagem e desmontagem de estruturas festa de S. Simão Lobão da beira.
- Transporte de estruturas para corrida de BTT em Mosteiro de Fráguas.
- Montagem e desmontagem de estruturas para a festival de Sopas em Santiago de Besteiros.
- Montagem e desmontagem de estrutura de apoio em Tonda – dia 1 de novembro;
- Transporte de peças para exposição “Fé de uma Comunidade” no museu.

Intervenções realizadas pela equipa de jardinagem e limpezas urbana

- Manutenção dos jardins e espaços verdes;
- Limpeza urbana;
- Limpeza e manutenção de sarjetas e grelhas de águas pluviais em Tondela;

Intervenções realizadas pela equipa de construção civil

- Pavimentação em pavê em habitação social (Just a Change) em Santiago de Besteiros.
- Abertura e arranjo de valeta de águas pluviais em Molelinhos -Molelos.
- Beneficiação e rebaixamento de entrada em Tondela.
- Pintura e manutenção de sala de exposições no museu.
- Pintura e arranjo de sala em infantário do Botulho - Molelos.
- Execução de passeio no JI Botulho;
- Colocação de sinalização rodoviária.
- Pequenos arranjos de avarias em edifícios públicos e escolas.
- Intervenção no Centro de Coordenação de Transportes;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.1.3- Reuniões de Trabalho / Presenças

- Reformulação e implementação do novo horário de funcionamento do Centro de Coordenação de Transportes

- Reunião com a empresa Bodum

- Reunião com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Tondela : Preparação das Comemorações do 100º aniversário da AHBVT

- Assinatura Pública dos Contratos de Empreitada Lote 1 e 2 do Sistema de Redes de Saneamento - Norte de Tondela, no valor de 1.703.414,12€ para o lote 1 e lote 2 de 1.018.049,07 €

- Assinatura contrato de promessa compra e venda com a Pre-Zero – Ampliação das Instalações que têm na Zim de Tondela .

- Entrega da Viatura à Vários

- Início de funcionamento da Aintar. A partir deste momento todas as questões relacionadas com a rede de saneamento são acompanhadas pela Aintar. Nesta fase de transição estão a ser acompanhadas pelas Câmaras. Manter-se-á o atendimento ao público nos Municípios, havendo um ponto de atendimento ao público em cada câmara. A maioria dos pedidos relaciona-se com ramais, que a partir desta data passaram a ser **gratuitos** desde que inferiores a 20m e a limpeza de fossas.

- Jantar de Aniversário dos 40 anos da ARCA

- Reunião com a Huff

- Na sequência da solicitação realizada para audiência com representantes dos advogados de Tondela, dentro dos quais estiveram a representante da Delegação da Ordem dos Advogados, reunimos no dia 9 com a Drª Corália, Dr. Pedro e Drª Miriam. Nesta audiência, foram presentes pelos Srs. Várias preocupações, nomeadamente as relativas à falta de Juiz em permanência no tribunal de Tondela, às dificuldades apresentadas nos serviços da Conservatória, predial e civil, motivadas por falta de recursos humanos.

Perante as informações transmitidas, entendemos ser fundamental a solicitação à Srª Juíza Presidente de uma audiência com caracter de urgência.

- Reunião do Conselho Diretivo da AMPB

- Reunião com a Srª Conservadora do Registo Predial de Tondela : Manifestámos a nossa preocupação com o facto de neste momento a Srª Conservadora estar em regime de substituição

- Audiência com a Srª Juíza Presidente da Comarca de Viseu :

No âmbito da qual tivemos oportunidade de expor as várias questões nomeadamente a preocupação com o facto de que a circunstância de saúde do Dr. Luís Agostinho é

frágil, antevendo-se uma recuperação longa, que provavelmente o impedirá de regressar no início de janeiro de 2023, que até ao momento o tribunal tem funcionado apenas dando respostas às situações urgentes, mas que existem vários processos que se estão a acumular, o que se agravará caso não se encontrem soluções mais definitivas para o início do ano, o que na nossa opinião, importa serem desde já acauteladas. Às questões colocadas, a Ex^a Sr^a Dr^a Juíza Presidente da Comarca, partilhou connosco, que neste momento se encontram dois Srs Juízes a afetos ao Tribunal de Tondela em regime de voluntariado, acompanhados por pela Sr^a Dr^a Juíza do tribunal de Santa Comba Dão. Relativamente aos dados dos processos pendentes à data são, 17 processos na área civil e 18 processos na área criminal, e que estava a acompanhar a situação, concordando com as dificuldades que poderão vir a existir na recuperação do Sr. Dr. Luís Agostinho e no seu regresso ao trabalho. Em resposta às preocupações manifestadas pelo Município, informou que perante estas circunstâncias, que no início de janeiro seria colocado um Juiz em Tondela a tempo inteiro, não obstante a data de regresso do Dr. Luís Agostinho.

Considerando que tal decisão terá que ser concretizada antes das férias judiciais que se aproximam, propusermos que se realizasse uma próxima reunião de monitorização a meados de dezembro.

- Visita ao Jardim de Infância do Botulho
- Reunião na CCDRCentro, com o Sr. Vice Presidente Dr. Morgado.
- Visita à Lajeosa e reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia
- Inauguração da Exposição "Na fé de uma Comunidade - Vilar de Besteiros", patente ao público na sala de exposições do Museu Terras de Besteiros
- Reunião com todos os Srs Presidentes de Junta de Freguesia tendo em vista a preparação do Orçamento para o ano civil de 2023
- Participação na Ação de Sensibilização e Educação Ambiental desenvolvida pela AMPB subordinada ao tema " Ideia com futuro – Reciclar no Planalto Beirão"
- Presença no "Concerto do Advento" realizado pela Casa do Povo de Tondela na Igreja Matriz

3.2-Cultura e Associativismo

- Recolha de informação junto do movimento associativo visando a criação da "Carta Associativa" Municipal que efetue um levantamento atualizado do tecido associativo cultural e desportivo não federado.

- Continuação, no terreno, de reuniões de trabalho e recolha de informação com vista a concretização das candidaturas da Olaria preta de Molelos e da festa das Cruzes a património imaterial e a sua inserção no inventário nacional.
- Participação, em Lisboa, no 75º aniversário da Casa do concelho de Tondela e atribuição do prémio Aurélio Soares Calçada.
- Continuação da divulgação da iniciativa “Mas que raio é isto?” – Vídeos mensais de divulgação do património do território, uma iniciativa do Museu Terras de Besteiros
- Inauguração da exposição “Na fé de uma comunidade – Vilar de Besteiros”
- Apoio e participação nas 1ªas Jornadas Culturais de Parada de Gonta
- Reunião de avaliação com a equipa de certificação do Barro negro de Molelos.
- Reunião com a Junta de Freguesia de São João do Monte e as associações da freguesia.
- Apoio e participação na nova peça de teatro da TEIA de Alvarim “O Homem de Branco”, baseada na vida de João Paulo II

3.3-Património Cultural e Natural

- Continuação do processo de classificação imóvel de interesse público da igreja Matriz de São Tiago, em Santiago de Besteiros.
- Reunião com a Direção Geral do Património em Lisboa e com a Direção Regional da Cultura do Centro no âmbito das candidaturas ao inventário nacional de património imaterial.
- Continuação da recolha de contributos para a Carta Arqueológica Municipal.
- Reunião de trabalho visando a operacionalização da candidatura de Aldeias da Serra do Caramulo.
- Acompanhamento da visita da equipa da DRCC à casa de São José, a Parada de Gonta.
- Reunião com a universidade de Aveiro com vista à elaboração de candidatura de reabilitação do projeto “Ambientes do Ar”.

3.4-Turismo

- Realização da Grande Rota do Caramulo.



- Reunião em Tondela com a Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago relativo à certificação do troço Coimbra, limite do concelho de Viseu.
- Reuniões de trabalho com a Câmara Municipal de Vouzela e Museu Ferroviário em ordem à elaboração conjunta de uma candidatura no âmbito do programa “Valorizar” a implementar na antiga estação de Tonda.
- Indicação à CIM-VDL, através do preenchimento de formulários e envio de fotografias relativamente às possíveis localizações cinematográficas existentes no nosso território.
- Reunião com os Párcos de Castelões e Mouraz com vista à inserção dos Santuários do Imaculado Coração de Maria e Nossa Senhora da Esperança no livro dos Santuários Marianos, no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude.
- Reunião da Estrutura de Acompanhamento da Ecopista, na sede da CIM, na cidade de Tondela

3.5-Educação

Período intenso de acompanhamento do arranque do ano letivo, incluindo reuniões de trabalho, Implementação de instrumento de gestão, a expensas do município, de todos os graus de ensino relativos a gestão de alimentação e respetiva faturação.

- Continuação de trabalho nas escolas do primeiro ciclo e Jardins de infância, no âmbito de intervenções estruturais finalizados ou a finalizar.
- Reunião de articulação com a rede de bibliotecas escolares do concelho.
- Realização de reuniões de trabalho com a FPF/AFV relativamente a “case study” a realizar no nosso município integrado nas AEC's
- Implementação da Componente de Apoio à família a expensas do Município.
- Visita aos agrupamentos na companhia da nutricionista para verificação do fornecimento de refeições das EB2/3 e Secundárias.
- Participação nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos Cândido de Figueiredo e Tomaz Ribeiro, respetivamente.
- Início de Pós Graduação, em parceria com o ISCAC – Coimbra Bussiness School, na área da Economia e Gestão. Destaca-se a importância de dar certificação a habilitações académicas aos quadros do tecido empresarial do município.

3.6-Recursos Humanos

- Início do procedimento concursal para admissão de 9 assistentes operacionais para o Estaleiro.
- Continuação do ajustamento de recursos humanos nos setores onde havia necessidade de reforço de meios;
- Admissão para o quadro do município de 10 assistentes operacionais a serem alocados aos serviços de ambiente e limpeza.
- Acompanhamento dos procedimentos concursais das áreas da Comunicação, em fase final e Ação Social na fase de avaliação de conhecimentos
- Finalização do procedimento e admissão de Assistentes Operacionais na área ambiental.
- Continuação da operacionalização dos procedimentos para a Comunicação, área Social e Assistentes Operacionais.
- Início da constituição da comissão paritária relativa à avaliação SIADAP

3.7-Urbanismo e Planeamento Urbano

- Reuniões de trabalho em ordem à operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal com a realização da primeira reunião plenária da comissão consultiva do PDM
- Conclusão do levantamento geo-referenciado da toponímia das freguesias o que levou há validação, em conjunto com as respetivas juntas, de algumas freguesias.
- Desde 1 de janeiro até ao dia 12 de dezembro entraram no Serviço de apoio ao balcão único, 4033 pedidos administrativos (sejam eles processos de obras, certidões, pedidos de informação prévia, entre tantos outros).
- Desde 1 de janeiro até àquela data já foram expedidos 4 746 pedidos.
- Nestes quase 12 meses houve uma recuperação de 713 procedimentos.
- Se desagregarmos os dados apresentados, ficamos a saber que dos 4746 processos despachados:
 - 3 751 – edificações (79%) (construções, muros, legalizações)
 - Os meses com maior despachos no sector do urbanismo foram:
 - Julho - 587

Esta dinâmica de recuperação é para manter e continuar tendo em conta as solicitações diárias que nos são feitas, mas que só com o profissionalismo e entrega dos profissionais, à semelhança do que acontece noutros setores, será possível caminharmos para uma normalização temporal que todos desejamos.

3.7.1- BUPI

Com uma elevada taxa de execução, a 30 de novembro o Município de Tondela encontrava-se em 6º lugar no ranking nacional relativamente ao número de processos finalizados, o Balcão Bupi encontra-se, neste momento, em funcionamento junto ao Espaço do Cidadão, no Largo da República.

Foram realizadas diversas ações, nomeadamente:

- Afixação de cartazes/panfletos nas localidades das diferentes freguesias
- Presenças nas feiras e mercado
- Participação no evento GEO Regis, promovida pela EBupi, em Tondela, dedicado às Conservatórias do Registo Predial
- Presença no evento “Mercadinho de Natal” na vila do Caramulo

3.8-Ação Social e Saúde

- Carta Social - preparação de documentação interna para o envio para a Segurança Social
- Atualização dos conteúdos da área da ação social no site do município, para acoplar este documento (CS) para consulta pública.
- Obras Just A Change - acompanhamento social sistemático, durante os meses de setembro e outubro às famílias beneficiárias. Note - se que estas visitas têm sido realizadas em conjunto com os presidentes de junta respetivos para acompanhamento da adaptação às novas dinâmicas: pessoal, familiar e social que se impõem, fruto das reabilitações habitacionais realizadas;
- Em execução: Levantamento junto das entidades sociais do concelho de apoios atribuídos ou em avaliação de atribuição pela Câmara Municipal, para apoio ao desenvolvimento das respostas sociais que desenvolvem, e, também, dos resultados das candidaturas que realizaram ao Programa PARES (2021) e PRR (2022).
- Processo de transferência de competências, aspetos relacionados (formação, reuniões);



- Proposta de protocolo com a ordem dos psicólogos relativa à literacia em saúde mental
- Processo de gestão da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar;
- Processos de natalidade;
- Projeto nascer com ternura- prevenção da depressão pós-parto, sessão presencial, perspetiva de sessões online;

Gestão e Acompanhamento social de situações sociais em habitações Municipais:

- Rua das Colmeiras, lotes 11, 12, 13, 14, 15 em parceria com a GNR Tondela e, pontualmente com a representantes da medida de RSI
- Acompanhamento processual e produção de informação sobre situações específicas de arrendatários municipais com o gabinete jurídico;
- Gestão de questões de condomínio que são apresentadas pelos munícipes.

Gestão e acompanhamento social de situações de arrendamento em mercado privado

- Situação de subarrendamento a pessoas deslocadas da Ucrânia que habitam na rua do carril, acompanhamento social, visitas domiciliárias de acompanhamento
- Adelino Lopes Teles - rua do casal - visitas domiciliárias realizadas com a GNR Tondela - equipa de apoio ao idoso;

Acolhimento de famílias ucranianas

- informações sociais para efeitos celebração de contratos de arrendamento e subarrendamento e preparação de toda a logística necessária - apetrechamento de habitações com mobílias e eletrodomésticos, destinado ao realojamento de famílias ucranianas provenientes da CM Cascais;

Acompanhamento de situações sociais e produção de informações sociais

- União de Freguesias de S. João do Monte/Mosteirinho;
- Atendimentos de emergência social e atendimento social aos munícipes.

- Bombeiros voluntários do concelho - produção de informação no âmbito do regulamento de benefícios sociais, para apoio ao arrendamento.
- Realização de informações sociais para efeitos de redução de valor na frequência das piscinas municipais;
- Em fase de contratualização dos arrendamentos / subarrendamentos com os agregados familiares acolhidos;
- ELH - estudo da ativação da ELH através do arrendamento de habitações para subarrendamento, em paralelo com a ativação do 1º. direito com preparação dos processual para a audição dos proponentes na 2ª fase, prevista para decorrer em dezembro, sujeito à recetividade dos proponentes;
- Acompanhamento Social, visitas domiciliárias às famílias acompanhadas pelo Serviço de Ação Social, com produção de informação técnica e benefícios sociais para o efeito;
- Reunião com a comissão de acompanhamento no âmbito da transferência de competências Ação Social - Segurança Social 18 de novembro - formação para o efeito 21 - 25 novembro;
- Porta de Entrada - em fase de carregamento de informação dos modelos enviados pelo IHRU, ao abrigo do protocolo de cooperação institucional entre o ACM - Município de Tondela e IHRU
- Representatividade dos serviços de ação social nas reuniões de condomínio das habitações que fazem parte do parque habitacional municipal
- Gestão de situações dentro destas matérias relacionadas com os arrendatários municipais, em estreita colaboração com os demais serviços institucionais de intervenção social em Tondela.
- Acompanhamento processual dos arrendamentos / subarrendamentos municipais.

3.9-Desporto

- FEDERAR_T (Feira do Desporto Federado)

Realizada no Parque Urbano de Tondela com a participação de todos os Clubes Desportivos com modalidades federadas.



Um evento que proporcionou aos muitos visitantes, de várias gerações, a oportunidade para participar nas quinze demonstrações das associações, bem como experimentar as mais variadas modalidades, desde o Tiro com Besta à Boccia, passando por insufláveis de obstáculos e percursos de bicicleta.

- Reunião com Pais/Encarregados de Educação e Utentes das Piscinas Municipais
- Assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, entre o Município e a Federação Portuguesa de Natação, para gestão técnica das Piscinas Municipais
- Abertura das Piscinas Municipais de Interior (Tondela e Campo de Besteiros) - Época 2022-2023
- Início de Formação "Manutenção de Piscinas - nível II", destinada aos Funcionários em serviço nas Piscinas Municipais (Tondela e Campo de Besteiros. Formação em E-Learning, com certificação profissional.
- Organização da sessão de "Avaliação do Programa Saúde em Dia - CMEF-SABE 2022
- Apoio em várias iniciativas, nomeadamente:
 - Corta-Mato do Agrupamento Cândido de Figueiredo
 - Corrida Solidária da Cooperativa Vários
 - Campeonato Interinstitucional de Boccia
 - Open Federado de Damas da Casa do Povo de Tondela

Tondela, 12 de dezembro de 2022

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela
CARLA DIAS
ANTUNES BORGES
Carla Antunes Borges

Digital signed by
FATIMA CARLA DIAS
ANTUNES BORGES
Date: 2022.12.13
14:46:06 +00:00

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 07 de dezembro de 2022.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2022 a 07-12-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRÁU DE EXECUÇÃO PADRÃO (83,47%)	PERCENTAGEM DA EXECUÇÃO FACE À RECEITA TOTAL
RELACIONAÇÃO		€	€	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM
Receitas Correntes		21 172 739,57	20 658 466,35	97,57%	4,15%	66,86%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 920 994,00	4 880 017,96	99,17%	5,75%	16,88%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS					
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	218 588,00	455 862,31	208,55%	115,13%	1,41%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 103,00	944 305,17	77,52%	-15,90%	3,01%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 972 477,57	12 888 414,44	99,35%	5,93%	41,09%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 674 429,00	1 452 474,55	86,74%	-6,68%	4,63%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168 148,00	37 380,92	22,23%	-71,19%	0,12%
Receitas de Capital		28 226 960,11	10 710 779,28	37,95%	-55,47%	34,14%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	20,00	1 819,54	9097,70%	9004,28%	0,01%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17 800 480,33	2 469 152,32	13,87%	-79,55%	7,87%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	2 206 002,00	0,00	0,00%	-93,42%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	2 132,30	21,32%	-72,10%	0,01%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	27 229,34	2722934,00%	2722840,58%	0,09%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8 210 445,78	8 210 445,78	100,00%	6,58%	26,17%
TOTAL GERAL		49 399 689,68	31 369 234,63	63,50%	-29,92%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 63,05%, apresentando-se com um desvio negativo de 29,92%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam um grau de execução orçamental superior ao valor da taxa da execução padrão, destacando-se a rubrica das transferências correntes como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total (41,09%).

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo de 55,47%, destacando-se o saldo de gerência anterior com um peso em relação à receita total de 26,17%.



3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2022 a 07-12-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESA PAGA	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE EXECUÇÃO REALIZADA DE 42%	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE NA DESPESA TOTAL
UF	TRIBUTOS	I	II	III	IV	V
Despesas Correntes		26 065 840,65	16 867 374,37	64,71%	-28,71%	68,06%
01	Despesas com Pessoal	8 158 693,59	7 117 220,43	87,23%	-6,19%	28,72%
02	Aquisição de Bens e Serviços	11 976 561,78	5 570 379,83	46,51%	-48,81%	22,48%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	7 259,48	28,17%	-65,26%	0,03%
04	Transferências Correntes	5 678 567,00	4 034 129,91	71,04%	-22,38%	16,28%
06	Outras Despesas Correntes	227 246,00	138 384,72	60,90%	-32,52%	0,56%
Despesas de Capital		23 332 849,03	7 915 884,11	33,93%	-59,49%	31,94%
07	Aquisição de Bens de Capital	18 798 182,03	5 489 611,23	29,20%	-64,22%	22,15%
08	Transferências de Capital	4 005 846,00	2 161 888,63	53,97%	-39,45%	8,72%
09	Ativos Financeiros	38 188,00	18 093,72	60,00%	-43,42%	0,07%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	246 290,53	60,00%	-43,42%	0,98%
11	Outras Despesas de Capital	21,00	0,00	0,00%	-83,42%	0,00%
TOTAL		49 398 689,68	24 783 258,48	50,17%	-43,25%	100,00%

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, conclui-se que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de aproximadamente 50%.

Constata-se que, das despesas correntes pagas, as despesas com pessoal e as transferências correntes apresentam um grau de execução elevado, com taxas de 87,23% e 71,04% respetivamente. Relativamente às despesas de capital, as aquisições de bens de capital são as que apresentam um maior peso em relação à despesa total, com um valor de 22,15%.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - COMPROMISSOS

Período 01-01-2022 a 07-12-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CLAP	DESCRIÇÃO	(1)	(2)	(1) x (2) / (1) x 100%
Despesas Correntes		26 066 840,65	23 623 304,96	90,63%
01	Despesas com Pessoal	8 158 693,59	7 615 240,82	93,34%
02	Aquisição de Bens e Serviços	11 976 561,78	10 508 035,20	87,72%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	16 122,45	62,56%
04	Transferências Correntes	5 678 567,00	5 291 178,82	93,18%
06	Outras Despesas Correntes	227 246,00	194 727,67	85,69%
Despesas de Capital		23 332 849,03	15 673 279,89	67,17%
07	Aquisição de Bens de Capital	18 798 182,03	11 391 144,49	60,60%
08	Transferências de Capital	4 005 846,00	3 753 369,94	93,70%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	492 577,96	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	33,00	0,00	0,00%
TOTAL		49 399 689,68	39 296 584,85	79,55%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, encontra-se comprometido cerca de 90% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução situa-se na ordem dos 67%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução situa-se nos 79,55%, representando um valor total de compromissos assumidos de 39 296 584,85 €.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, artigos aprovados na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2022, na reunião do dia 30 de dezembro de 2021, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos;
ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Handwritten signature

Face ao anteriormente exposto, verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 16-09-2022 e 07-12-2022.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 16-09-2022 a 07-12-2022					
(Anexo nº 02 da Resolução nº 16/2022 da Assembleia Municipal)					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2023	2024	2025	2026	Seguintes
Fornecimento refeições JI e Escolas 1º Ciclo - ADERETON	84 789,70 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Centro Paroquial Canas Stª Maria	27 217,75 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - ADERETON	13 372,70 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Centro Paroquial S.J.Monte	6 008,77 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Assoc. S.S. Dardavaz	7 023,79 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Centro Social Touriço	13 210,73 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Centro Paroquial S.Salvador Tonda	20 899,87 €				
Projeto Escola de Natação - Federação Portugues de Natação	45 649,08 €				
Protocolo apoio desporto federado - AEFDT	4 400,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - AEFDT	11 020,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Vários	5 600,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Os Pestinhas	14 400,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Rugby Clube Tondela	24 000,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Sporting Clube nandufe	16 800,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Associação Loios	1 200,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Os Galfarritos	7 200,00 €				
Protocolo apoio desporto federado - Besteiros Futebol Clube	9 600,00 €				
Protocolo apoio desporto federado (Modalidade Tiro)- Besteiros Futebol Clube	800,00 €				
Protocolo apoio desporto federado (Modalidade Andebol) - Clube Atlético de Molelos	8 000,00 €				
Protocolo apoio desporto federado (Modalidade Futebol)- Clube Atlético de Molelos	33 600,00 €				
Protocolo apoio desporto federado (Modalidade Futebol formação) - Clube Desportivo Tondela	108 000,00 €				
Protocolo apoio desporto federado (Modalidade Basquetebol) - Clube Desportivo Tondela	16 000,00 €				
Despesas consumo água abrigo transferência de competencias educação - Águas do Planalto	48 500,00 €				
Prestação de serviços de segurança no âmbito do DL65/2021 - HardSecure	15 252,00 €				
Protocolo apoio arranjos cobertura e fachada da sede	9 000,00 €				
Protocolo celebrado ambito Ação Social Escolar - Agrupamento Escolas Tomaz Ribeiro	8 000,00 €				
Transformação/Transição Digital do Município de Tondela- Plataforma de Gestão da Educação de apoio à Transferência de Competências - CTT Soluções Empresariais	27 062,57 €	27 062,58 €			



Protocolo celebrado ambito Ação social escolar - Agrupamento Escolas Candido Figueiredo	7 000,00 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Centro Paroquial Santiago besteiros	15 196,49 €				
Prestação de serviços de implementação do RGD e de Encarregado da Proteção de Dados Municipal - Direct Hit	15 580,00 €				
Fornecimento de refeições JI's e Escolas Basicas 1º Ciclo - Assoc. S.S. S.M. Outeiro	15 474,41 €				
Aquisição e transporte fruta escolar - Frutaria Tropical	5 400,40 €				
Despesas consumo gás abrigo transferencia de competencias educação - Repsol Gas	89 559,84 €				
Prestação de Serviços de Consultadoria Técnica na Área Financeira e Contabilística - Motriz Consultadoria	22 140,00 €	16 605,00 €			
Despesas consumo gás abrigo transferencia de competencias educação - Petrolgal	38 127,24 €				
Realização dos transportes escolares em táxi para o ano letivo 2022/23- Jose Henriques Loureiro	9 186,67 €				
Protocolo celebrado ambito prolongamento horário alunos	6 300,00 €				
Aquisição serviços ambito atividades realizadas biblioteca (palestra) - Via Milhazes	318,80 €				
Aquisição serviços ambito atividades realizadas biblioteca (Oficina de Filocriatividade) - Joana Sousa	386,45 €				
Aquisição serviços ambito atividades realizadas biblioteca (restauração) - A Joanhinha II	19,00 €				
Aquisição serviços ambito atividades realizadas biblioteca (aluguer) - Pés na terra	89,00 €				
Aquisição serviços ambito atividades realizadas biblioteca (espetáculo) - Calliope Theater	2 828,00 €				
Aquisição serviços ambito atividades realizadas biblioteca (espetáculo) - Aramã teatro	2 399,00 €				

CONCLUSÃO

Estando temporalmente situados quase no final do ano de 2022, pode-se concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão (93,42%), salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas e despesas.

Tondela, 07 de dezembro de 2022

A Divisão de Economia e Finanças,



Assembleia Municipal de Tondela

anexo 7 ✓
A
P
M

Gostaria de saudar o Senhor Presidente da AM e através da sua pessoa, todos os restantes membros da mesa

Saúdo ainda a Senhora Presidente da CMT e restantes vereadores aqui presentes,

Os Senhores Deputados municipais e Presidentes de Junta

Os membros dos Órgãos de comunicação social

Todos os que em casa nos seguem e todos os presentes nesta sala

Distinta presença da CMT Isabel Esteves

Aproveito ainda e de forma especial, para cumprimentar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Besteiros, Paulo Loureiro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros, na pessoa do seu Presidente, Carlos Amaral, e na sua pessoa cumprimentar os restantes membros dos corpos sociais, o Comandante e restante Corpo de bombeiros, pelo acolhimento nas suas instalações.

Aproveito também esta oportunidade para felicitar a iniciativa de descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal, pois desta forma os eleitos da autarquia ficam mais perto de quem os elegeu, e provam que estão ao seu serviço.

A minha intervenção neste ponto da ordem de trabalhos, prende-se mais uma vez com o património cultural.

Nem de propósito, estamos na terra do saudoso Dr. João Almiro, que no final do século XX, cedeu a título gratuito, o Solar dos Almiros, em Nandufe, para que aí fossem desenvolvidas actividades sociais e culturais em benefício das populações, nomeadamente um centro de dia para idosos e um museu onde pudesse ser exposto e partilhado o rico espólio da então Freguesia de Nandufe.

Em 2001 a então Junta de Freguesia de Nandufe apresentou uma candidatura ao FEDER, de forma a reconstruir o dito imóvel, onde foram investidos na época, 30 mil contos, dotando-o de modernas instalações.

Após a conclusão das obras foi celebrado um contrato de cedência do direito de superfície entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Tondela, que veio a transformar o imóvel nas Reservas visitáveis do Museu Terras de Besteiros, e onde foram instalados nomeadamente os gabinetes dos técnicos de conservação do Museu.

Entretanto, e após os serviços terem sido transferidos para Tondela, os locais foram abandonados e foram-se deteriorando ao ponto do telhado ameaçar ruir, a água destruir os rebocos interiores, escorrendo mesmo pelos interruptores,

destruindo os elevadores, e mesmo regar as ervas que cresciam nas juntas do pavimento.

Que pena o património e o dinheiro publico serem assim tratados.

Em 2021, a CMT iniciou uma intervenção no telhado, mas desde essa data, o estaleiro continua montado, dando a imagem que as obras continuam.

Gostaríamos ainda de salientar que no contrato de cedência do direito de superfície, também está incluído um outro imóvel adjacente, conhecido pela casa do barbeiro, que se encontra completamente ao abandono, e que com um investimento mínimo, poderia servir de habitação para uma família necessitada ou mesmo para abrigar uma família de refugiados.

Após análise do Orçamento e Grandes opções do plano para os próximos anos, ficámos preocupados pois não detectámos nenhuma rubrica orçamental para a conclusão dos trabalhos.

Num momento onde estão previstos centenas de milhar de euros em investimentos, até em edifícios particulares, julgamos que seria judicioso preservar e criar condições de fruição para estes espaços públicos, ou até instalar neles, serviços do Município, de forma a rentabilizar o edificado.

Pelo exposto solicitamos à Senhora Presidente da Câmara, informações sobre o estado dos 2 imóveis em apreço, e quais as orientações da Câmara Municipal de Tondela para a preservação e posterior utilização deste importante património do nosso Concelho, respeitando assim a memória e a vontade do benemérito Dr. João Almiro.

Para terminar, gostaria de desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo com saúde e repleto de sucessos, quer pessoais quer para o nosso Concelho.

Campo de Besteiros, 17 de dezembro de 2022

José António Coimbra de Matos

andos
A
P.
B

Assembleia Municipal

17/12/2022

- Pontos da ordem do dia: 2.2, 2.3, 2.4 – Taxas municipais (IMI; IRS; Derrama)

Cumprimentos,

Bom dia a todos/as

Infelizmente, de há 2 anos para cá, temos vivido tempos de muita instabilidade económica e social.

O aumento abrupto da inflação, o agravamento das taxas de juro por parte dos bancos como tantas outras questões são o retrato de um tempo pandémico que vivemos nos últimos dois anos como também de uma Guerra, sem fim à vista, que se instalou na Ucrânia.

O País está a ressentir-se do contexto atual, as pessoas que hoje residem no nosso concelho, infelizmente também não são exceção, e nesse sentido, cabe ao Órgão executivo e ao órgão deliberativo, propor e aprovar propostas que vão ao encontro das necessidades das pessoas e das empresas instaladas no nosso concelho.

Neste sentido, o Partido Social Democrata, na pessoa da Sra. Presidente e restante executivo camarário, traz a esta assembleia, algumas propostas de redução da carga fiscal, tanto para as pessoas, como para as empresas fixadas no nosso concelho.

Relativamente ao ponto 2.2 da nossa ordem de trabalhos, referente à taxa de IMI a praticar no ano de 2023, o PSD irá vota a favor da proposta do executivo municipal. Para o PSD mantermos a taxa mínima legal de IMI, digamos 0.3%, é incentivar a população, as empresas, todos os interessados, a que possam investir em Tondela, em residir em Tondela, mais concretamente em se fixar em Tondela.

Relativamente ao ponto 2.3, referente à participação Variável do IRS, o PSD irá também votar a favor da proposta. Mas se me permitem, importa explicar qual o sentido desta proposta, como também o enquadramento face ao contexto que hoje vivemos. Todo o cidadão que pague impostos, no que toca ao valor para o IRS descontado, importa referir que dos 100% do valor, 5% reverte para os municípios onde se encontram recenseados. É opção de os municípios, definir, nestes 5%, qual a percentagem que pretende arrecadar.

O município de Tondela, nos últimos anos decidiu arrecadar apenas 4%, e hoje, perante o contexto económico e social, propôs que se arrecadasse apenas 2,5%, ou seja estamos a devolver às famílias um total de 2,5% do seu IRS, ou seja, estamos a cumprir com o temos vindo a prometer, reduzir a carga fiscal dos cidadãos, para que o rendimento líquido assim possa aumentar.

Permitam-me que felicite o executivo em funções, na pessoa da Sra. Presidente, pela forma firme e estruturada que apresentou esta proposta, tendo em conta o contexto económico e social que hoje vivemos, e com isso poder dar melhores condições de vida aos tondelenses.

Relativamente ao ponto 2.4, referente à taxa da derrama, aplicada em sede de IRC, a proposta é manter a taxa nos 1,5%, e aqui Sra. Presidente, mais uma vez, e bem, como anunciou em reunião de camara, não devemos esquecer a preocupação futura, em poder criar condições para que esta mesma taxa possa ter impactos económicos menores nas empresas, promovendo assim o aumento da riqueza que certamente terá impacto na situação económica e social dos seus colaboradores.

Handwritten signature and checkmark in blue ink, located in the top right corner of the page.

Caros Deputados,

A situação Social e económica que hoje atravessamos, assim exige, que no próximo orçamento municipal, esteja espelhado uma redução da carga fiscal junto dos contribuintes, sejam eles pessoas singulares ou pessoas coletivas.

Neste sentido, na pessoa da Sra. Presidente e restante executivo, parabenizamos pelas propostas aqui trazidas, tendo a certeza que terá impacto direto na vida das pessoas.

Mas, e antes de terminar, permitam-me só que acrescente o seguinte, e fica o desafio, ponderemos a criação de um modelo de apoios aos mais vulneráveis, porque é com uma união de fatores e políticas, que conseguiremos atingir uma sociedade mais justa e mais equilibrada.

Obrigado.



2023
A
P.
D.

A. RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO 2022

Elaborado em conformidade com o n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

1. APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

As alterações profundas na economia global ocorridas em 2022, sentidas acentuadamente na economia portuguesa, impeliu-nos e confrontou-nos com alterações profundas no dia a dia da sociedade, contrariando as projeções económicas consideradas na elaboração e construção dos documentos previsionais para 2022.✓

Perante a incerteza latente, sobre a evolução da inflação, a transição de Quadros Comunitários de Apoio, importa, pois, fazer um exercício de rigor, onde a consolidação orçamental assume um papel fundamental, na elaboração dos documentos previsionais para 2023.✓

Realizado num contexto de grandes constrangimentos e incerteza financeira, a elaboração deste orçamento reflete também os efeitos nefastos da pandemia COVID-19 e que ainda persistem. A estes, associam-se os respeitantes ao conflito armado na Europa e que se espelham no adiamento dos prazos de conclusão de projetos estruturantes, cujo grau de execução foi profundamente prejudicado por estes dois fatores, como é o caso da ampliação/requalificação da Zona Industrial do Tondela-Adiça, a Frente Ribeirinha ou o Centro Tecnológico de Empreendedorismo, e Execução das Redes de Água e Saneamento á Vila do Caramulo, Centro de Recolha Oficial Animal e execução dos projetos previstos em sede da AINTAR, como é o caso do Sistema Norte de Tondela. A conclusão destes importantes projetos, assume-se como um dos principais eixos do orçamento para 2023.✓

Paralelamente, a transferência de competências na área da educação, assume-se como um dos principais eixos, onde as intervenções nos vários equipamentos no domínio da manutenção e recuperação, adquirem uma forte expressão.

Ainda no domínio das transferências de competências, desta feita na área da saúde e ação social, é de referir a presente incerteza relativamente ao seu início. A esta, associa-se a certeza de que os valores previstos em sede de orçamento de estado são insuficientes para a sua concretização, à semelhança do que se está a verificar com as da educação, iniciando-se o ano com grandes incertezas a este respeito.

Destacamos neste orçamento os seguintes pilares como opções políticas deste orçamento:

- Funções sociais, onde se destaca
O exercício das competências transferidas assume um papel relevante, pela necessidade de corporizar uma dinâmica de proximidade,

ao qual se associam as intervenções no edificado do parque escolar e equipamentos de saúde, nomeadamente Escola EB23 Campo de Besteiros- MEAP-2030 e USF de Tondela;

- Funções económicas,

As obras de ampliação das Zona industrial de Tondela, que terão a sua conclusão em 2023, a par da elaboração do PPIT-loteamento da ZIM Tondela, permitirão consolidar este importante investimento de desenvolvimento territorial;

Conclusão da obra do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo e início do seu funcionamento;

Ligação Variante ao Lajedo, conclusão do estudo prévio e elaboração do projeto para enquadramento no novo QCA-Quadro Comunitário de Apoio 2030;

Elaboração do projeto de alargamento da Ponte da Tabuaça

- Ambiente e Alterações Climáticas

Na área ambiental como a elaboração do PERLA-Plano Estratégico de Recuperação de Linhas de Água, intervenções no domínio das redes de águas pluviais com vista à refuncionalização dos órgãos e redes existentes e criação de novos equipamentos, como bacias de retenção e absorção de águas pluviais;

A eficiência energética dos sistemas e as UAC- Unidades de Autoconsumo serão áreas a considerar no âmbito do estudo e elaboração de projetos a implementar;

- Turismo e Termalismo

Continua a ser um dos principais eixos de intervenção autárquica, onde as Termas de Sangemil e a Serra do Caramulo são fundamentais, considerando-se a intervenção no Balneário Termal e o Sanatório Infantil.

Além do turismo natureza, o turismo ferroviário será também uma área a desenvolver com as ações previstas para a criação do Centro Interpretativo da Linha do Dão na Estação de Tonda.

A promoção do território e dos seus produtos turísticos de forma integrada será uma aposta para 2023.

Por ultimo refere-se a participação na estratégia de construção da estratégia municipal para o novo QCA – 2030, onde a definição das ações e elaboração de projetos e candidaturas, ocorrerá durante todo o ano, merecendo um acompanhamento próximo e intenso.



**Grupo Parlamentar do Partido Social
Democrata de Tondela**

awooio ✓
P.
JMS

Bom dia a todos,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa,

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores presentes,

Membros da Assembleia Municipal,

público a assistir,

Comunicação social e serviços,

2022 está a findar... e que ano este!

Passámos por uma pandemia que limitou as nossas vidas, isolando-nos de tudo e todos, com preocupantes impactos económicos e sociais que persistem.

Entrámos em 2022 com esperança! Sentíamo-nos confiantes num ano melhor! Pelo menos, eu sentia!

Mas não... assistimos a uma escalada do conflito armado, com efeitos nefastos a nível mundial. Continuamos sem fim à vista quanto ao aumento exponencial dos custos das matérias-primas, à dificuldade de obter materiais atempadamente, à subida do custo da energia, combustíveis e financiamentos e uma taxa de inflação histórica.

Este cenário tempestuoso tem de ser o considerando número um aquando da preparação e elaboração do orçamento do município para 2023.

Perante esta conjuntura de elevada incerteza e volatilidade, o executivo apresenta aqui hoje um orçamento consolidado com prioridades redefinidas, por força desse mesmo contexto, com projetos e *timings* ajustados às realidades dos tempos que vivemos.

Priorizam-se as áreas fundamentais: as famílias, a educação, a saúde, as infraestruturas e aposta no empreendedorismo. Com propostas de redução

de impostos, na parcela que pertence aos municípios, aliviando as famílias quanto às cargas fiscais, permitindo-lhes um maior rendimento disponível, intervenções em edifícios escolares, requalificação dos centros de saúde, diversas obras de proximidade e investimentos permanentes na captação e solidificação das empresas nas nossas terras.

Estamos no fim do atual quadro comunitário e é tempo de concluir o que esteja em fase de conclusão e começar a preparar novos projetos. Gostaria de aproveitar para questionar a Exma. Sra. Presidente da Câmara se estão já a trabalhar na elaboração de possíveis candidaturas para captação de fundos comunitários? Se sim, em que domínios?

Acresce ainda falar sobre a preocupante questão da descentralização de competências nas áreas da educação, saúde e ação social, sendo que a educação já se encontra a cargo do município. Temos um orçamento que contempla agora despesas nestas áreas, uma vez que, as verbas que o governo central transfere são insuficientes e desatualizadas face ao contexto que vivemos!

É possível fazer omeletes sem ovos? Certamente que não.

Quem é que consegue dar uma resposta eficaz e eficiente às questões que se levantarão nestas áreas se não lhes são facultados os devidos recursos financeiros? A menos que a ideia do nosso governo seja falir os municípios! Parece-me que é esse o caminho.

No plano estratégico para 2023 é nossa ânsia ver concluídos os projetos estruturantes fulcrais para o continuado trabalho de desenvolvimento do tecido empresarial e das áreas rurais e urbanas, como são o caso da ampliação da Zona Industrial Tondela-Adiça, o Centro Tecnológico e a Frente Ribeirinha, a Rede de Água e Saneamento da Vila do Caramulo, vias de ligação estratégicas, entre outros...

As preocupações com o meio ambiente e as alterações climáticas estão também latentes, bem como, a promoção dos nossos territórios através do investimento no turismo, termalismo e fomento dos nossos produtos e gastronomia.

Embora saibamos que o orçamento assenta em previsões e estimativas, uma boa gestão passa também por fazer um bom planeamento. E nessa matéria, este executivo tem sabido gerir com rigor as despesas públicas,

✓
A
P
S

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. Sousa".

modificando-o sempre que necessário, por forma a atender à satisfação das necessidades coletivas.

Fazemos votos de um excelente trabalho para o ano 2023!

Andreia Sousa

02000 11
B
P
S

Ex.mo Sr Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa

Ex.ma Senhora Presidente da CMT e restantes vereadores aqui presentes,

Os Senhores Deputados municipais

Caros Presidentes de Junta

Membros dos Órgãos de comunicação social

Todos os que em casa nos seguem e todos os presentes nesta sala

Começo por cumprimentar de forma especial o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Besteiros, Paulo Loureiro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros, na pessoa do seu Presidente, Carlos Amaral, e cumprimentar os restantes membros dos corpos sociais, o Comandante e restante Corpo de bombeiros, pelo acolhimento nas suas instalações e agradecer também de forma especial o magnífico trabalho que têm desenvolvido em prol do nosso Vale de Besteiros.

Embora entendamos que os documentos em análise poderiam ser mais ambiciosos naquelas que entendemos serem algumas das prioridades para o nosso Concelho, o executivo da Freguesia da Caparrosa e Silvaes vai votar favoravelmente este documento fundamentando-se em duas ordens de razões:

- 1- Os documentos preveem a resolução de alguns problemas que se arrastam há anos na nossa Freguesia e que a Sr^a Presidente assume solucionar neste exercício;
Fazemos fé na assunção do compromisso de todo o território ser tratado com equidade independentemente das opções que os Municípios democraticamente tomaram. Estaremos atentos a este princípio básico vertido na nossa Constituição.
- 2- Embora timidamente, há uma clara aproximação e acolhimento das posições que os vereadores do PS vêm defendendo há muito e que nós também consideramos fundamentais para o desenvolvimento do nosso território:
 - A devolução de parte do IRS aos Municípios;
 - A intenção de criação das ARUS nas Freguesias do Concelho;
 - A introdução da rúbrica para alargamento da ponte da Tabuaça que abre a possibilidade de requalificar aquela via de acesso com custos muito mais reduzidos e ser a solução definitiva para a ligação da zona industrial do Lajedo à cidade de Tondela.

Gostaríamos que este documento fosse mais ambicioso nomeadamente com uma estratégia de promoção de habitação a custos controlados; Com uma estratégia de valorização do património ambiental que é um motor de desenvolvimento sustentável; Com uma estratégia ambiciosa de delegação de competências nas Juntas de Freguesia que certamente contribuiria para uma taxa de execução muito superior em benefício de todo o território.

Para terminar, gostaria de desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo com saúde e repleto de sucessos, quer pessoais quer para o nosso Concelho.

Campo de Besteiros, 17 de dezembro de 2022

Paulo Simões

A
P.
B

02/07/21 ✓
A
B
C

Bom dia

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e os restantes elementos da mesa,

A Senhora Presidente da Câmara,

Os Senhores Deputados,

Os Senhores Presidentes de Junta,

A Comunicação Social

E o publico,

Aproveitando a oportunidade que a Lei 39/2021, de 24 de Junho, nos proporcionou, por sua vez criada para possibilitar a correção de um erro, que foi a agregação das freguesias, foi aprovado por unanimidade na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de S. Miguel do Outeiro e Sabugosa, com o parecer favorável da Junta, a proposta de desagregação desta União de Freguesias, que submetemos a apreciação desta Assembleia Municipal, esperando a sua aprovação.

Esta proposta vem ao encontro da vontade da esmagadora maioria da população desta União das Freguesias, constituída por 4 povoações, S. Miguel do Outeiro, Fial, Pova da Catarina e Sabugosa, que por sua vez deseja voltar a ter as suas Freguesias.

Com o passar do tempo, tem sido possível constatar, que a agregação das freguesias não foi com toda a certeza um procedimento bem aceite pelas freguesias agregadas, tendo em consideração as propostas de desagregação aqui trazidas e o sem número de processos que ocorreram no país.

A quando desta reforma autárquica em 2013, eu já pertencia à Junta de Freguesia de S. Miguel do Outeiro, e senti a grande indignação da população, a

qual não aceitou de bom grado essa União, que em termos práticos não surtiu qualquer benefício, antes pelo contrário.

Esta União, só veio vincar mais o sentimento de independência dos seus habitantes, visto que se constata, ainda hoje, decorridos cerca de 10 anos, que não há participação inter-ex-freguesias nos eventos promovidos pela Junta e/ou outras entidades.

Outro grande fator sinalizador da não aceitação desta União, contrariamente ao que eu pensava em 2013, são as camadas mais jovens, que á data tinham 10, 12 anos ou pouco mais, visto que nessa altura este processo de União nada representava para eles. O que era uma freguesia ou uma união de freguesias, iriam crescer, viver com esta situação e assim encara-la como uma situação normal, que por sua vez só fazia parte da história local. Mas não, antes pelo contrário, hoje já adultos, na casa dos 18, 20 anos, são os que menos aceitam e que mais reivindicam a sua reversão.

Há um infindável número de motivos que justificam a devolução das ex-freguesias às suas populações, pelo que aguardando que hoje se possa dar continuidade ao percurso, iniciado pelo povo, seguidamente pela Junta e Assembleia de Freguesia e, que conduza à tão aguardada reposição, no meu caso em particular, da Freguesia de S. Miguel do Outeiro e da Freguesia de Sabugosa, assim como às restantes freguesias que aqui apresentam também as suas propostas, visto ser inequívoco que é o que as suas populações, representadas pelas respetivas Juntas de freguesia, pretendem e exigem.

Obrigado

Paulo Byron

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Sessão de 17 de Dezembro de 2022

Considerações sobre o ponto 2.20 da Ordem de trabalhos

1

Salvo melhor entendimento, a sequência das alíneas b) e c) deste ponto deverá ser invertida, uma vez que o novo contrato interadministrativo, alínea c), deve preceder a proposta de aditamento ao mesmo, alínea b).

2

A informação documental sobre o ponto 2.20 da Ordem de Trabalhos resume-se aos três documentos submetidos à reunião de Câmara do passado dia 13 de Dezembro, sendo desde logo omissa quanto à minuta do novo contrato a celebrar. O que é manifestamente insuficiente para a compreensão da questão em si e da solução encontrada para a resolver. Razão por que se solicita à Sra. Presidente da Câmara que explicita sumariamente:

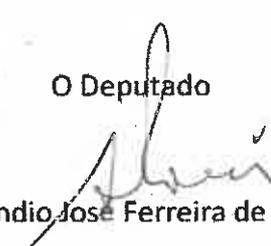
- Qual o objecto e termos do Contrato a celebrar;
- A quem competia a atribuição do “número de compromisso” cuja falta determinou a nulidade do contrato original;
- Qual o enquadramento legal em que se fundamenta a solução proposta.

3

Sem prejuízo da resolução legal da questão que o actual Executivo da Junta de Freguesia do Guardão herdou do anterior, propomos que se reflita sobre o objecto deste contrato de “delegação de competências” no qual a Junta aceitou responsabilidades e incumbências, nomeadamente técnicas e fiscalizadoras, que extravasam largamente a sua capacidade de execução. Contrato que, celebrado em vésperas das eleições autárquicas de 2021, leva a admitir que o mesmo se ficou a dever, apenas e só, a motivações político-partidária de circunstância.

Tondela, 17 de Dezembro de 2022

O Deputado


Amândio José Ferreira de Loureiro

PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO

Regozijamo-nos vivamente com o Plano par a Igualdade e Não-discriminação, numa iniciativa de âmbito intermunicipal, iniciativa que vem no tempo certo, face a tantas e tantas “guerrilhas” de carácter mais ideológico que cultural, social ou educativo.

Só a “temperatura” registada no debate, em reunião de Câmara, já é um bom sintoma de que o tema é actual, promove a participação e gera a discussão, que, sendo feita de forma séria, honesta e leal, é sempre benéfica.

Não vamos, certamente, fazer aqui, e nesta Sessão, um debate aprofundado da matéria, mas vamos realçar a importância do tema, porque, apesar de estarmos no século XXI, há muito seres humanos discriminados, sofrendo profundamente, por meras questões de cultura, ou educação.

Quem mais sofre essa discriminação e desigualdade são as mulheres, quer no que toca aos salários, quer no acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal do seu percurso de vida, seja ele profissional, seja de intervenção cívica, quer ainda no desempenho do serviço à vida. Este serviço também pertence, em igualdade a ambos os pais – mãe e pai.

Não é raro vermos reacções negativas à presença de mulheres em lugares de chefia, ou de liderança activa. Refugiam-se em Movimentos ou Associações femininas perfeitamente legítimas, mas que acabam por ser sinal de que a sociedade ainda está longe de ser uma sociedade de iguais. O feminismo é um mal necessário, tanto quanto o machismo é um mal intolerável, um sinal de atraso cultural e mental.

Nem as quotas obrigatórias deixam de ser igualmente um sinal negativo, ainda que tenha sido um caminho para a promoção da igualdade.

Nem sempre as boas soluções legais são a melhor solução, mas são um recurso e um modo de fazer caminho que leve ao objectivo pretendido – a igualdade e a não discriminação.

É claro que o dogma da igualdade também pode cair no fundamentalismo da negação da diferença. Afinal somos todos diferentes, mas iguais, ou seja, as diferenças naturais, ou de estilo, não podem ser fonte ou justificação de discriminação. Pelo contrário, é na diferença individual que a sociedade se enriquece, com os diferentes contributos da totalidade dos seus constituintes.

A humanidade é constituída e continuada, graças à diferente identidade do homem e da mulher. Apesar da diferença absolutamente necessária, são iguais, no Ser Humano e essa diferença é constituinte natural da sua irrenunciável função e nobre missão de garantir a continuidade da raça humana. É assim há milhões de anos e assim irá continuar a ser, apesar da evolução dos tempos, das culturas, das ciências. Apesar dos regimes e das ideologias.

A Natureza não se deixa vencer, agradece quando é respeitada e exige um elevadíssimo preço quando é violentada.

Regozijamo-nos, mais uma vez o afirmamos, e felicitamos a Câmara Municipal por desencadear esta iniciativa intermunicipal. Desejamos que a participação cívica seja intensa e frutuosa, para que a discriminação possa vir a extinguir-se, seja ela por razões de sexo, etnia, origem social, ou ideologia, seja ela por questões de cor, religião, opinião, ou cultura, ou qualquer outra razão.

Ser humano é o alicerce constituinte de todos os direitos e deveres, que são iguais para todos os que partilham o mesmo Ser. A única diferença admissível é a protecção dos mais frágeis,

Handwritten initials or signature in the top right corner.

sejam homens, ou mulheres, meninos ou meninas, rapazes ou raparigas, oferecendo-lhes garantias de segurança contra quem pretenda valer-se da sua fragilidade, explorando-os em proveito próprio. Especial atenção, em cada um destes escalões, para aqueles e aquelas que, por deficiência de qualquer espécie, ou por estado de ignorância, pobreza, ou miséria, são os mais frágeis dos frágeis.

Ninguém pode demitir-se, ou ficar de fora deste combate, sem questões de ideologia. Somos uma única Humanidade, **todos irmãos**.

Estamos disponíveis para o debate e para a busca de soluções que possam fazer de toda a sociedade, da nossa sociedade, um lugar onde o sol da verdade e da justiça nasça e brilhe, sem ocaso, para todos.

Meta ambiciosa, em busca do Natal, para que o seja todos os dias. Sem ambição não se vencem obstáculos. Sigamos a Luz.

Tondela, 17 de Dezembro de 2022

Felisberto Figueiredo

